



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciência Política e Administração Pública
Licenciatura em Ciência Política

Tecnologia, Activismo e Democracia: Uma análise do uso das redes sociais pelo movimento Txeka como ferramenta para o “exercício democrático”

Candidata: Rosita Lino Fulai Gimo

Supervisor: Baltazar Muianga, PhD

Maputo, Março de 2024



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciência Política e Administração Pública
Licenciatura em Ciência Política

Trabalho de Fim do Curso

Tecnologia, Activismo e Democracia: Uma análise do uso das redes sociais pelo movimento Txeka como ferramenta para o “exercício democrático”

Candidata: Rosita Lino Fulai Gimo

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em ciência política pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, sob orientação do Doutor Baltazar Muianga.

Maputo, Março de 2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tecnologia, Activismo e Democracia: Uma análise do uso das redes sociais pelo movimento Txeka como ferramenta para o “exercício democrático”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito exigido para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política.

O Júri

O Supervisor _____

O Presidente _____

O Oponente _____

Data: ____/____/____

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Rosita Lino Fulai Gimo, declaro por minha honra, que a presente monografia nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau académico e que a mesma constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando citadas no texto e nas referências bibliográficas as fontes utilizadas na pesquisa.

Licenciatura

(Rosita Lino Fulai Gimo)

Maputo, Março de 2024

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Lino Fulai Gimo e Regina Manuensa José.

(meus heróis e a minha fonte de inspiração)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me conceder a graça de chegar até aqui. E ao meu supervisor Doutor Baltazar Muianga, vai a minha mais profunda gratidão pelo contínuo apoio e orientação académica desde o dia que iniciei a concepção do projecto desta monografia. Ele investiu o seu valioso tempo, paciência e fé na minha capacidade ao longo da elaboração deste trabalho. Sou muito grata por me ajudar a finalizar a minha licenciatura, algo que há muito almejava. A minha gratidão vai também aos meus professores do Departamento de Ciência Política e Administração Pública pelo conhecimento transmitido durante a formação.

Agradeço também as minhas colegas Yara Nhantsave, Margarida Siboane, Bastiana Ricardo e Loura Ferramenta por serem verdadeiras amigas e pelo apoio prestado durante toda formação. A todo o meu grupo de estudo composto por Yara Mudanisse, Rita Fumo, Ângelo Munguambe, Neusa Pagosho e em especial a Benedita Chiconela e Horma Salimo por tudo quanto fizeram para mim. Também sou muito grata as meninas do meu quarto a Maria Ernesto (minha mana tanzaniana), a Arminda Guambe e Sidónia Tagir pelo apoio. As minhas colegas de residência Valda Bambo e Norda Uqueio por tudo o que fizeram para mim, elas não são simples colegas e amigas, mas sim verdadeiras irmãs. Ao meu amigo Jacinto Nhantumbo por ter sido um instrumento de Deus na minha vida e pelo apoio prestado em todos esses anos.

A todos os entrevistados por terem aceitado participar nesta pesquisa e em especial a Fernanda Lobato por me permitir fazer este estudo no movimento *Txeka*. Estou muito grata a todos!

E finalmente, aos meus pais Lino Fulai Gimo e Regina Manuensa José, por terem feito de tudo para que eu me formasse e por me apoiarem incondicionalmente. Eles são a razão de todo o meu sucesso. Aos meus irmãos Júlio Amisse, Samuel Gimo e Fanita Gimo pelo apoio incondicional. E a toda minha família, muito obrigada.

EPÍGRAFE

“A Tecnologia pode amplificar a voz das pessoas e capacitar a democracia ” (Tim O’Reilly)

RESUMO

O exercício da democracia constitui um elemento fundamental num Estado democrático, daí a necessidade de estudar as diferentes formas de exercício democrático. Esta pesquisa tem por objectivo analisar como o uso das redes sociais pode contribuir no exercício democrático, tendo como foco o activismo pelo *Facebook* adoptado pelo movimento *Txeka*. Para tal, em termos metodológicos o trabalho apoia-se em fontes escritas e entrevistas. Tendo usado duas perspectivas teóricas como apoio para a explicação da pesquisa, são elas a teoria da esfera pública digital e a teoria da mobilização social ou de recursos. O estudo adoptou uma abordagem qualitativa, onde os dados foram colhidos por meio de entrevistas semiestruturadas no movimento *Txeka* e 11 integrantes deste movimento constituíram a amostra. Com os dados colhidos concluiu-se que as redes sociais abrem um espaço para o exercício democrático dos integrantes do movimento *Txeka*, pois o activismo no *Facebook* tem proporcionado ao movimento um espaço para a participação cívica na medida em que estes têm uma oportunidade de envolver-se no processo político, na luta em prol da mudança e na governação do país. Porém, conclui-se também que embora as redes sociais concedam um espaço para o exercício democrático, o seu uso ainda é reduzido no contexto moçambicano, pois, os que usam estas plataformas são maioritariamente habitantes de zonas urbanas e dentre esses, os que usam as mesmas para assuntos políticos constituem a classe que tem alguma formação académica. Constatou-se que as redes sociais concedem um espaço para o activismo permitindo a manifestação dos desejos dos cidadãos e participação destes na vida política, ao exercerem os seus direitos de liberdade de expressão de opinião e ao permitir o envolvimento destes em diálogo e discussões a cerca de assuntos públicos.

Palavras-chaves: *Democracia, Exercício democrático, Redes Sociais, activismo, Facebook e Movimento Txeka.*

ABSTRACT

The exercise of democracy is a fundamental element in a democratic State, hence the need to study the different forms of democratic exercise. This research aims to analyze how the use of social media can contribute to democratic exercise, focusing on Facebook activism adopted by the Txeka movement. To this end, in methodological terms, the work is based on written sources and interviews. Two theoretical perspectives were used to support the explanation of the research, they are the theory of the digital public sphere and the theory of social or resource mobilization. The study adopted a qualitative approach, where data was collected through semi-structured interviews in the Txeka movement, and 11 members of this movement constituted the sample. Based on the data collected, it was concluded that social media open a space for the democratic exercise of members of the Txeka movement, as activism on Facebook has provided the movement with a space for civic participation because they have an opportunity to involve in the political process, in the fight for change and in the governance of the country. Moreover, it was also concluded that although social media provide a space for democratic exercise, their use is still reduced in the Mozambican context, as those who use these platforms are mostly inhabitants of urban areas, and it was found that those who use social media for political matters constitute the class that has some academic training. It was also found that social media provide a space for activism, allowing the expression of citizens' desires and their participation in political life, by exercising their right to freedom of expression and by allowing their involvement in dialogue and discussions about public affairs.

Keywords: Democracy, Democratic exercise, Social media, activism, Facebook and Txeka Movement



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciência Política e Administração Pública
Licenciatura em Ciência Política

Tecnologia, Activismo e Democracia: Uma análise do uso das redes sociais pelo movimento Txeka como ferramenta para o “exercício democrático”

Candidata: Rosita Lino Fulai Gimo

Supervisor: Baltazar Muianga, PhD

Maputo, Março de 2024

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DD- Democracia Digital

INE- Instituto Nacional de Estatística

LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

M.S- Movimentos Sociais

MT- Movimento Txeka

NTIC's - Novas Formas de Tecnologia de Informação e Comunicação

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I.....	5
1. REVISÃO DE LITERATURA À PROBLEMATIZAÇÃO	5
1.1. Abordagem institucional do exercício da democracia.....	5
1.2. Abordagem da democracia digital	8
1.3. Problematização.....	13
1.3.1. Hipótese	14
OBJECTIVOS.....	14
Objectivo Geral	14
Objetivos Específicos	14
CAPÍTULO II	16
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	16
2.1. Teoria da Esfera Pública Digital.....	16
2.2. Teoria da mobilização social ou de recursos	21
2.3. Quadro conceptual.....	23
2.3.1. Exercício Democrático	24
2.3.1.1. Participação política	25

2.3.1.2.	Formas de participação política.....	26
2.3.2.	Activismo nas redes sociais	26
2.3.3.	Democracia digital.....	27
CAPÍTULO III		29
3. METODOLOGIA		29
3.1.	Método da pesquisa	29
3.2.	Técnica de recolha de dados	29
3.3.	Técnicas de mostragem e Grupo alvo.....	30
3.4.	Técnicas de análise de dados	30
3.5.	Questões éticas da pesquisa	31
3.6.	Constrangimentos enfrentados na pesquisa.....	31
CAPITULO IV		32
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS		32
4.1.	Perfil sociodemográfico dos integrantes do movimento <i>Txeka</i>	33
4.2.	Motivação dos integrantes do movimento Txeka para activismo pelo Facebook	33
4.2.1.	O curso	34
4.2.2.	O fácil acesso as redes sociais	35
4.2.3.	Uma participação além do voto	35
4.2.4.	As publicações do movimento <i>Txeka</i>	36
4.3.	Aspiração dos integrantes do movimento Txeka para o activismo pelo Facebook....	37
4.4.	Actividades, recursos, estratégias e formas adoptados pelo MT no activismo pelo Facebook	39
4.4.1.	Actividades	39
4.4.2.	Os recursos.....	40
4.4.3.	Estratégias	41

4.4.4.	As principais formas de exercício democrático do movimento <i>Txeka</i> no <i>Facebook</i>	42
4.5.	Contribuição do activismo no Facebook para o exercício democrático	43
4.6.	Desafios e oportunidades proporcionados pelo uso do Facebook no exercício democrático	45
4.6.1.	O activismo pelo <i>Facebook</i> e os seus desafios no exercício da democracia	46
4.6.2.	Oportunidades proporcionadas pelo activismo no <i>Facebook</i>	47
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
	APÊNDICES	56
	ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com a crescente desconfiança sobre os métodos tradicionais de participação política baseada no voto, os níveis de abstenção eleitoral e o fraco engajamento pela política usual mostram-se em alta em praticamente todo mundo (Tsandzana, 2018). Os estudos sobre a utilização da internet e seu impacto na política tornaram-se parte de uma agenda de pesquisa no cenário mundial, Incitados pelas possibilidades do ciberespaço como esfera de comunicação política, as pesquisas têm impulsionado admiradores, promessas, problemáticas e discussões necessárias no que diz respeito a existência de possíveis efeitos democráticos (Gomes, 2005). Assim, estudo de inovações democráticas e novas formas de exercícios da democracia têm-se tornado o centro de debates.

A crise das instituições políticas, dos agentes da democracia representativa tem sido um dos temas de maior preocupação no que tange à democracia, pois o modelo democrático contemporâneo atribui integralmente aos representantes a capacidade de tomar decisões políticas sobre os negócios públicos, restringindo a participação do cidadão ao simples ato de votar. Porém, a tecnologia por meio da chamada democracia digital pode contribuir promovendo uma maior presença de esfera civil na condução do processo democrático (Goldschmidt & Reis, 2019). Pois, a emergência da chamada sociedade da informação vem impactando como os cidadãos participam da esfera pública, sendo possível falar em uma “nova esfera pública virtual”, graças ao advento das denominadas novas formas de tecnologias de informação e comunicação (NTICs), cujo uso intensivo tem proporcionado novas possibilidades e ampliado a participação activa da sociedade civil na vida pública, aumentando a capacidade de mobilização dos cidadãos (*idem*).

Entretanto, as possibilidades oferecidas pelos meios e ambientes digitais de comunicação representam uma onda de renovação das instituições e processos que sustentam a democracia liberal. Assim, a Democracia digital serve como um campo magnético capaz de atrair para o seu centro temas relacionados à política ou à democracia em sua imbricação com um considerável número de notas da cibercultura tais como, “internet”, “novas tecnologias”, “mundo digital”,

“*recursos web*”. Por conseguinte, o conjunto de fenómenos da ordem da realidade que constituem a referência de “democracia digital” é um universo de fronteiras não muito precisas, situado no cruzamento entre duas dimensões que, por si só, são já tão imprecisos, a saber, a democracia e as tecnologias digitais (Gomes, 2010).

Em Moçambique, muitos cidadãos encontram no activismo uma forma de participação política e do exercício democrático. Assim, de acordo com Batista & Zago (2010), dentre as dinâmicas de agregação de interesses colectivos, as apropriações das medias sociais para o activismo se mostram uma constante criatividade no uso dessas ferramentas. Pois, a multiplicidade de sistemas e recursos comunicativos disponíveis nesses “espaços” passam a ser apropriações para ações colectivas como uma nova perspectiva de reverberação política, dadas as possibilidades de reinventar as formas de interacção social em cada sistema, coordenando-se colectivamente perante o novo meio de comunicação em constante transformação. Como afirma Jordan (2002) citado por Batista & Zago (2010), o activismo político seria caracterizado pelas ações colectivas que demandam transgressões e solidariedade. Por transgressões se entende a oposição e certa condição social com vista a sua transformação, e por solidariedade o sentido colectivo de suporte mútuo em busca dessa transgressão.

Entretanto, como afirma Batista & Zago (2010), a combinação do activismo à comunicação mediada por computador atribui diferentes características a dinâmicas colectivas e abriga novas formas de manifestação política e de coordenar ações. Assim, pode-se definir o ciberativismo como difusão de um discurso político em ferramentas digitais, as quais conferem poder e visibilidade ao indivíduo comum, sem mais necessidade de mediação das instituições. Dessa forma, o ciberativismo é entendido como toda estratégia que visa uma transgressão social, ou seja, uma transformação na agenda pública, pela difusão colaborativa de conteúdos através da ampliação exponencial da capacidade comunicativa dos atores sociais na internet. Assim, o novo panorama em relação ao engajamento político contemporâneo, dadas as facilidades comunicativas indicariam a uma nova forma de participação política proporcionada pelas plataformas digitais.

Portanto, neste estudo pretende-se explorar a democracia digital, procurando perceber como o activismo nas redes sociais tendo como foco o uso do *Facebook* pode ser um meio para o exercício democrático.

Como **justificativa**, a temática sobre o uso das redes sociais na participação democrática, de modo mais concreto como um meio para o exercício democrático, foi escolhida por ser pouco explorada na academia, principalmente quando se refere ao contributo do activismo no Facebook para o exercício democrático, e pelo facto de, a literatura ser escassa, particularmente no contexto moçambicano.

A escolha referente ao Movimento *Txeka* (lugar onde podemos encontrar o uso das redes sociais como uma meio para exercício democrático) deve-se ao facto deste mostrar acções pelas plataformas digitais, acções estas que chamam atenção tanto a nível nacional, regional assim como a nível internacional. Os autores destas acções são os integrantes do movimento, sendo todos activistas sociais. E em suas acções, estes procuram mostrar o seu descontentamento relativamente a acção dos governantes e procuram também consciencializar mais pessoas a respeito da política através de vídeos informativos, fotos cartaz entre outros.

Assim, sob o ponto de vista social, este estudo é relevante, pois, o activismo desempenha um papel fundamental na promoção de mudanças sociais e políticas, e com o crescimento da internet e das redes sociais, entender como essas plataformas afectam o activismo e o exercício democrático é socialmente importante.

Em termos teóricos este estudo poderá ser de extrema importância na área da ciência política na medida em que vai de alguma forma acrescentar hipóteses sobre temáticas relacionadas a uma nova democracia (democracia digital), pois, compreender como as redes sociais estão influenciando o exercício democrático pode fornecer informações valiosas para os formuladores de políticas públicas.

A nível académico, este estudo é importante na medida em que trará novas contribuições para a literatura científica, pois, aborda um tópico actual e dinâmico que ainda não foi amplamente explorado. E oferece a oportunidade de preencher algumas lacunas de pesquisas já existentes. E sob o ponto de vista prático, os resultados da pesquisa podem fornecer informações valiosas para activistas e organizações da sociedade civil, incluindo *insights* sobre estratégias eficazes de

mobilização *online*, práticas éticas e medidas de segurança digital. Podem ser úteis também, no desenvolvimento de políticas, pois, os formuladores de políticas podem usar as descobertas da pesquisa para desenvolver políticas e regulamentos que apoiem um ambiente *online* seguro para o activismo e participação cívica. E por fim, os resultados da pesquisa podem ser usados para a consciencialização do público sobre questões sociais e políticas.

O trabalho está estruturado em quatro (04) capítulos: no primeiro capítulo faz-se uma revisão de literatura, é nesta parte do trabalho onde são apresentadas as diferentes abordagens em torno do tema em análise, apresenta-se o problema da pesquisa, a pergunta de partida, a hipótese, e os objectivos a alcançar. No segundo capítulo, apresentamos o quadro teórico mobilizado para a interpretação dos dados colhidos nas entrevistas. O terceiro capítulo apresenta o quadro metodológico sobre o qual foi realizado o trabalho. Neste capítulo são apresentadas as técnicas mobilizadas para a recolha e o tratamento dos dados necessários para a materialização do trabalho. E por fim, no quarto capítulo é feita a apresentação e a análise dos dados. Onde são apresentadas as motivações do movimento *Txeka* no uso do activismo pelo *Facebook* para o exercício da democracia e a análise da contribuição do activismo no *Facebook* para o exercício democrático do movimento *Txeka*. E não menos importante, ainda neste capítulo, são apresentadas as principais constatações em forma de conclusão.

CAPÍTULO I

1. REVISÃO DE LITERATURA À PROBLEMATIZAÇÃO

Nesta secção apresentar-se-á estudos sobre o exercício da democracia sob duas (2) abordagens, onde a primeira é a abordagem institucional do exercício democrático e a segunda é a abordagem da democracia digital. A primeira abordagem enfoca as instituições, regras e estruturas que moldam e sustentam os processos democráticos em um sistema político baseando-se na importância das instituições formais como eleições, parlamentos, tribunais e partidos políticos, que para os defensores dessa abordagem são pilares da democracia. Assim, em seus estudos autores como Gaspardo (2010), Oliveira (2018), Torres et al (2004), Backer e Reveloson (s.d), Silva (2005), Maranhão (2014), Correia (2001) e Luís (2020) fazem referência a essa abordagem. E a segunda abordagem defende a utilização das tecnologias digitais e da internet para aprimorar a participação política, a tomada de decisões e a transparência no processo democrático, reconhecendo o potencial das tecnologias digitais para expandir e fortalecer a democracia, tornando-a mais acessível, inclusiva e eficiente. Autores como Gomes (2010), Tzandzana (2018), Tsandzana (2022), Copra (2004), Buchstein (1997), Gomes (2005), Curram (1991) e Bernett (1997), Mozoni (2011), Camargo (2021) e Luvizotto (2016) fazem referência a essa abordagem em seus estudos.

1.1. Abordagem institucional do exercício da democracia

Esta abordagem se concentra nas instituições, regras e estruturas que moldam e sustentam os processos democráticos em um sistema político. Isso inclui a análise das instituições formais como governos, parlamentos, tribunais, partidos políticos e eleições, bem como as regras e procedimentos que regem a participação e tomada de decisões. Ela examina como as regras e estruturas políticas afectam a participação e a representação política.

Backer & Raveloson (s.d), no seu estudo “o que é Democracia?”, apresentam as liberdades básicas, Direitos Básicos, as eleições, o Estado de Direito, Divisão do poder, parlamento como elementos importantes da democracia e, conseqüentemente, do exercício democrático. Assim,

para o autor os direitos humanos são mais do que apenas um componente da democracia, eles são a pré-condição para o funcionamento de um sistema democrático, pois o desenvolvimento e a consolidação dos direitos humanos só é possível quando as pessoas vivem numa democracia, porque só aí elas próprias concebem as suas leis e conseguem controlar os três (3) poderes (o poder executivo, o poder judiciário e o poder legislativo). Ele afirma ainda que os direitos humanos só podem ser eficazes quando o poder do Estado for sujeito a uma lei que permite que todas as pessoas sejam tratadas de igual forma nesse tribunal. Esses direitos asseguram que cada cidadão possa participar sem restrições na vida política da sua comunidade (*idem*).

Quanto às eleições Backer & Raveloson (s.d), afirmam que estas constituem um dos mais importantes pilares da democracia. Ademais, como afirma Luís (2020), as eleições têm assumido um papel importante na democracia, pois, são sinónimo de legitimidade dos poderes públicos, cujos titulares são eleitos através do voto, num claro sinal de sua legitimidade quanto a nível interno e externo. E como elas estão sendo organizadas, como os votos depositados estão sendo convertidos em assentos no parlamento é definido pelo direito de sufrágio, direito este, que se subdivide em direito de sufrágio activo e em direito de sufrágio passivo, onde cidadãos com um direito de sufrágio activo podem votar e os cidadãos com um direito de sufrágio passivo podem ser eleitos (*idem*).

Correia (2001), no seu estudo “Sistemas e Processos Eleitorais” afirma que as eleições dos governantes são consideradas hoje como o único modo legítimo de devolução do poder. E para este autor, o sufrágio é um instrumento fundamental para a realização do princípio democrático, daí a importância do direito de voto e a relevância do procedimento eleitoral justo. Ele afirma ainda que o sufrágio deve ser universal, directo, secreto e periódico, desta forma, a universalidade do sufrágio pressupõe o alargamento do direito de voto para todos os cidadãos e o voto tem de resultar imediatamente da vontade do eleitor. Este deve trazer consigo a garantia de um voto formado sem qualquer coacção exterior, pública ou privada, deve proporcionar também a possibilidade do voto e a proibição da sinalização do mesmo permitindo a todos a igualdade de sufrágio, onde todos os votos devem ter a mesma eficácia jurídica legal, o mesmo valor de resultado; e por fim o sufrágio deve ser periódico, devendo haver renovação periódica dos cargos políticos (*idem*).

Portanto, para que existam eleições é mister que haja partidos políticos, e como afirma, Maranhão (2014), no seu estudo “partidos políticos e democracia”, a disputa entre facções, através do sufrágio, pela posse de cargos de governo, é característica da democracia. Assim, a competição e os embates eleitorais são da essência do regime e constituem sua natural e vigorosa expressão tornando os partidos fundamentais para que haja eleições.

Nesta senda, Backer & Raveloson (s.d), afirmam que num Estado democrático de direito existem princípios e procedimentos que asseguram a liberdade do indivíduo e garantem a participação na vida política, neste Estado, todos os cidadãos são iguais perante a lei, incluindo os titulares de funções públicas no Estado e na administração. As autoridades podem apenas actuar, se a lei ou a constituição lhes atribuir competências para tal. Desse modo, as acções estatais tornam-se calculáveis aos cidadãos, concedendo-os oportunidade de ter um preparo, antes do período eleitoral, e esta mesma ordem regulamentada pelo Estado permite aos cidadãos participarem livremente na vida política.

Moraes da Silva (2005), no seu estudo “o Estado Democrático de Direito”, destaca valores e princípios que envolvem o Estado de direito democrático ao afirmar que um Estado Democrático de Direito (i) tem o seu fundamento na soberania popular; (ii) na necessidade de providenciar mecanismos de apuração e de efetivação da vontade do povo nas decisões políticas fundamentais do Estado, conciliando uma democracia representativa, pluralista e livre, com uma democracia participativa efectiva; (iii) é também um Estado constitucional ou seja, dotado de uma constituição material legítima, rígida, emanada da vontade do povo, dotado de supremacia que vincula todos os poderes e os actos provenientes dela; (iv) tem um órgão guardião da constituição e dos valores fundamentais da sociedade, que tenha actuação livre e desimpedida, constitucionalmente garantida; (v) possui um sistema de garantia dos direitos, em todas as suas expressões; (vi) possui a realização da democracia além da política social, económica e cultural, com a consequente promoção da justiça social; (vii) observância do princípio de igualdade; (viii) a existência de órgãos judiciais, livres e independentes, para a solução dos conflitos entre a sociedade, entre os indivíduos e destes com o Estado; (ix) a observância do princípio da legalidade, sendo a lei formada pela legítima vontade popular e informada pelos princípios da

justiça; e por fim (x) a observância do princípio da segurança jurídica, controlando-se os excessos de produção normativa, proporcionando assim, a previsibilidade jurídica (*idem*).

De acordo com Backer & Raveloson (s.d), num estado democrático o poder estatal deve ser distribuído por vários órgãos e competências. Assim, a consagração do princípio de separação de poderes e do controle social dos mesmos, são pressupostos para uma operacionalidade dos poderes políticos e concretização dos fins do Estado. Ademais, a participação activa dos cidadãos tanto nas eleições, para a indicação dos titulares do poder político, assim como na implementação das políticas no seu dia-a-dia, resultará de uma cultura jurídica e de cidadania que requer para um cidadão comum: o conhecimento dos seus deveres e direitos para o Estado enquanto membro da colectividade, o conhecimento da articulação dos poderes políticos na realização dos fins do estado, e a tomada de uma atitude consciente e crítica perante os fenómenos políticos que ocorrem dentro do Estado (Torres et al., 2004).

Para Oliveira (2018), com a separação de poderes dentro de um Estado democrático há garantia efectiva de alternância no exercício do poder, pois como o poder não está somente em um determinado “órgão” ou “pessoa”, este não poderá de forma autoritária permanecer no poder, muito menos alterar a forma e sistemas de governo. A autora afirma ainda que a independência dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) traz legitimidade como modo de limitação e controle do poder, trazendo a legitimidade do seu exercício e permitindo também a garantia de efectividade dos direitos fundamentais dos indivíduos (*idem*). Assim o parlamento que detém o poder legislativo, legisla e controla o poder político porque representa o povo, e pelo exercício dessas funções, legitima democraticamente o poder (Gaspardo, 2010).

1.2. Abordagem da democracia digital

Esta abordagem busca compreender como a tecnologia digital, como as redes sociais e a internet está afectando a política, a participação cívica e as instituições democráticas na prática, ou seja, como estas plataformas estão afectando o exercício democrático, descrevendo tendências reais e comportamentos observados, de como o uso de mídias sociais pode impactar na formação de opiniões políticas.

De acordo com Gomes (2010), dado ao facto da existência de regimes democráticos de governo, a democracia, como situação de fundo, se transfere para todas as práticas e iniciativas relacionadas à arte política, à governação do Estado e à produção de leis e justiça. Inclusive para aquelas integralmente de natureza digital ou que apenas possuem desdobramentos ou aplicações importantes em tecnologias e ambientes digitais. Neste sentido, consideráveis avanços foram feitos no funcionamento das democracias através do emprego dos recursos tecnológicos propiciados pela internet, como o uso de *web sites* pessoais bem organizados, como um importante factor de comunicação dos políticos, candidatos e órgãos da administração pública com o cidadão comum e, por outro lado, um eficiente recurso de acompanhamento e fiscalização do poder público por parte da população.

Como afirma Tsandzana (2018), com a crescente desconfiança relativa aos métodos tradicionais de participação política baseados no voto, tem se verificado elevados níveis de abstenção eleitoral e o fraco engajamento pela política usual mostra-se em alta, praticamente em todo o mundo. Porém, a emergência das redes sociais tem representado a abertura de um espaço dinâmico, trazendo consigo, novas formas de participação política, activismo social e consequentemente, novas formas de democratização. Ademais, de acordo com Pereira (2011) citado por Tsandzana (2018), o potencial da internet concentra-se em atingir indivíduos que, a princípio sem vinculações políticas às instituições clássicas da sociedade civil estejam dispostos, desde que sejam devidamente convencidos, a participar de acções específicas de protestos cibernéticos ou não, que tenham alguma identidade com seus interesses e percepções do mundo.

No seu estudo “Da mobilização social ao uso político das redes sociais da internet em Moçambique”, Tsandzana afirma ainda que o uso crescente das plataformas digitais resulta de um conjunto de transformações que o mundo conhece desde a criação da internet. Essa lógica é uma característica própria do que se pode chamar de “sociedades modernas”. Portanto, a utilização das redes sociais da internet acaba por estar intimamente ligada à participação política, especialmente às formas de engajamento “cívico não convencionais” tais como os protestos, petições, boicotes e ocupações. Ele afirma ainda que os mídias sociais estão ainda correlacionados com a participação política, num contexto em que tais meios mudaram, nos

últimos anos e as novas plataformas foram introduzidas, destacando-se que a utilização dos meios de comunicação social está relacionado com o envolvimento dos cidadãos na política, pois estas plataformas não só expandiram as oportunidades para as pessoas se envolverem em actividades virtuais, como também se tornaram um veículo que facilita a participação numa vasta dimensão de acções *offline* (Tsandzana, 2022).

Além disso, de acordo com Capra (2004) citado por Tsandzana (2018), as redes sociais envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais e as relações de poder, sendo que podem ser consideradas como uma medida de política social que reconhece e incentiva a actuação de actores sociais no seu contexto de actuação. Por isso, são capazes de expressar e fazer propagar ideias de natureza política, cultural, económica, social, e são importantes instrumentos de criação de novos valores, pensamentos e atitudes.

Autores como Buchstein, (1997) *Apud* Gomes (2005), afirmam que a nova tecnologia de informação oferece acesso universal a comunicação não coercitiva, liberdade de expressão, agenda irrestrita, participação fora das tradicionais instituições políticas e gera opinião pública mediante processos de discussão, assim, a internet parece a mais ideal situação de comunicação. Ademais, a internet representa o ambiente de comunicação que actualmente mais corresponde ao requisito de uma zona neutra onde o acesso a informação relevante que afecta o bem público é amplamente disponível, onde a discussão é imune a dominação do Estado e onde todos os participantes do debate público fazem isso em bases igualitárias (Curran, 1991 e Barnett, 1997 *Apud* Gomes, 2005).

De acordo com Mazoni (2011), um dos principais desafios para o avanço da democracia é o desenvolvimento contínuo das ferramentas de interacção entre governo e sociedade, assim, as novas formas de tecnologias da informação e comunicação, com a internet no centro da revolução, formam um cenário ideal para ampliar o acesso e a utilização dos dados públicos pelos cidadãos. Por conseguinte, as tecnologias de informação inseridas no debate público, possibilitaram transformações significativas nos processos democráticos da sociedade em rede.

Além disso, a internet oferece maior variedade de informações, reduz os custos de participação política e permite que diferentes participantes possam se envolver no diálogo a partir de e-mails,

chats e grupos electrónicos de discussão, representando um meio de comunicação com interacção sem precedentes quando comparado à mídia tradicional e pode fornecer um meio pelo qual os cidadãos se comuniquem, troquem informações, consultem e discutam, directamente, de forma rápida e com menos burocracia, tornando-se em plataformas importantes para a participação política (Camargo, 2021). Como afirma Bonalume (2020), mesmo tendo presente que há um contingente de desconectados e outros que, apesar de conectados, limitam-se a acessar conteúdos pouco informativos, não há como negar que a polarização da *internet* gerou o aumento e a diversidade de conteúdos que passaram a circular, fora do crivo do mercado da comunicação, e deu a possibilidade de interactividade e comunicação mais próxima entre o remetente e o receptor da informação.

Portanto, com a internet e as mídias digitais, as formas de comunicação e consumo de informação se modificaram deixando de ser unilaterais - marca de comunicação de massa - passam a ser mais participativas e democráticas. Mesmo que de maneira limitada, considerando os problemas de acesso a rede, acessibilidade, usabilidade e conhecimento do usuário, a internet possibilita a participação e interacção entre os indivíduos, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas (Luvizotto, 2016, P.301). O autor afirma ainda, que a internet e as mídias digitais possibilitam uma nova compreensão e sentido para a participação, para a democracia, para o activismo e para as identidades colectivas. Com as redes sociais é possível fazer parte de grupos virtuais que possuam uma motivação, uma identidade colectiva e se auto representar, discutir, propor, aprender e organizar ações (*idem*).

De acordo com Norris (2002) citado por Pereira (2006) afirma que factores que influenciam o activismo político em todas as formas são a existência de um desenvolvimento sócio -económico e onde as estruturas estatais nomeadamente a existência de liberdades e direitos civis, incentivam e possibilitam a criação de grupos activistas e a sua actuação na sociedade constitui o nível macro (societal). E a um nível mais reduzido (comunitário) temos a existência de agentes mobilizadores que podem ser organizações, grupos ou meros cidadãos- chaves, que actuam no sentido de motivação e mobilização dos activistas. E por fim, a um nível individual, temos factores de cariz sócio -económico, associado aos recursos de que se dispõem, e os factores psicológicos, que estão na base da motivação para o activismo.

Como afirmam Kahn e Bowers (1970) citado por Pereira (2006), no que diz respeito às explicações de natureza sócio- económico, estudos têm vindo a demonstrar que a maior parte dos activistas provêm de famílias de estatuto elevado e a motivação e mobilização destes para o activismo vem do facto destes estudarem em escolas ou universidades de prestígio tendo uma implicação académica elevada, orientações intelectuais e um percurso académico na área das ciências sociais e humanas. Ademais, como afirmam Ribeiro, Borba e Hansen (2016), o activismo *online* predomina entre as pessoas mais informadas e mais escolarizadas, da mesma forma que ocorre em relação às formas convencionais de actuação político, como protesto e participação em movimentos sociais e partidos políticos.

Contudo, o activismo social é um tipo de actividade que tem associada uma série de custos, visto que requer do activista grandes investimentos de tempo, energia e até mesmo dinheiro. Por outro lado, pode ser uma empreitada bastante arriscada, principalmente em países de orientação não democrática ou quando a defesa da temática vai claramente contra os interesses de agentes poderosos. Trata-se de riscos legais, sociais, físicos, e financeiros. Nos casos mais extremos até mesmo ameaças, prisões, agressão física e assassinatos (Wiltfang e McAdam, 1991 citado por Pereira, 2006).

A literatura mostra como o uso das novas tecnologias de informação impulsiona a participação política nas democracias, trazendo assim o uso das mídias digitais como uma forma muito recorrida e de extrema importância para o exercício democrático nas sociedades modernas. Assim, a primeira abordagem baseia-se simplesmente nos aspectos formais ou convencionais do exercício da democracia e os defensores dessa abordagem não mencionam o facto de as instituições formais, as regras e os princípios que norteiam a democracia não serem efectivados na prática limitando assim o exercício democrático. E a segunda abordagem olha para a tecnologia e a internet como uma ferramenta importante na sociedade moderna, pois esta amplia o acesso e utilização das redes sociais como um espaço fértil no exercício democrático, porém, alguns defensores dessa abordagem defendem que os que usam as plataformas digitais como meio de participação política são aqueles que de certa forma já tinham uma educação política e que já participavam antes do uso das redes sociais, e negam a possibilidade da existência de

alguns indivíduos que não participavam convencionalmente na política, no entanto, usam as plataformas digitais como meio de participação política.

1.3. Problematização

De acordo com o artigo 1 da constituição da República, Moçambique é um Estado de Direito Democrático. Porém, apesar de possuir um quadro legislativo que indica a existência do Estado de Direito Democrático, existe deficiências na sua implementação. Como afirma Brito (2014), o carácter autoritário no campo político herdado do período da governação monopartidária, que se manifesta pela ditadura de voto do partido no poder, e sua hegemonia no parlamento nacional, que sempre contou com a maioria absoluta, constituem obstáculos para a livre expressão de opiniões, interesses e demandas, tanto individuais como colectivos, sendo agravado pelo controlo absoluto sobre os principais meios de comunicação públicas (*idem*). Porém, a emergência das redes sociais tem representado a abertura de um espaço dinâmico, trazendo consigo, novas formas de participação política, activismo social e consequentemente, novas formas de democratização.

Assim, os estudos de Gomes (2010), Matos (2009) e Tsandzana (2018) tendem a mostrar as motivações por detrás da existência de uma nova forma de exercício democrático, dado ao facto da existência de regimes democráticos de governo, a democracia, como situação de fundo, se transfere para todas as práticas e iniciativas relacionadas à arte política, à governação do Estado e à produção de leis e justiça. Inclusive para aquelas integralmente de natureza digital ou que apenas possuem desdobramentos ou aplicações importantes em tecnologias e ambientes digitais. Neste sentido, consideráveis avanços foram feitos no funcionamento das democracias através do emprego dos recursos tecnológicos propiciados pela internet. Assim, com a internet e as redes sociais, as formas de comunicação e consumo de informação de massa passaram a ser mais participativas e democráticas motivadas pela existência de desconfiança relativa ao modo tradicional de exercício democrático.

Por conseguinte, numa sociedade com vários *deficits* democráticos como a moçambicana, muitos cidadãos individualmente e outros em movimentos sociais, sobretudo nas cidades, como o caso

específico de Maputo, encontram nas redes sociais um novo espaço para participar na política, permitindo-lhes assim expressar seus sentimentos relativos a situação de insatisfação que muitos deles se encontram por causa da realidade política do país. Essas plataformas permitem com que estes cidadãos individualmente ou aliado a um movimento social encontrem um espaço fértil para o activismo, participando activamente na vida política.

Entretanto, pretendemos analisar a contribuição do activismo no *Facebook* no exercício democrático do movimento *Txeka*, para perceber as oportunidades de participação cívica, mobilização e desafios associados ao uso de redes sociais como meio do exercício democrático. Portanto, mediante ao que foi exposto acima construímos a seguinte pergunta de partida:

Como o activismo no Facebook tem contribuído para o exercício democráticos dos integrantes do movimento Txeka?

1.3.1. Hipótese

O activismo no *Facebook* proporciona ao movimento *Txeka* um espaço para a participação cívica e mobilização, contribuindo no exercício democrático dos seus integrantes.

OBJECTIVOS

Objectivo Geral

- Analisar a contribuição do activismo no *Facebook* no exercício democrático dos integrantes do movimento *Txeka*.

Objetivos Específicos

- Perceber porquê que o movimento *Txeka* aposta no activismo pelo *Facebook* para o exercício da democracia;

- Conhecer as oportunidades que o activismo no *Facebook* tem proporcionado ao movimento *Txeka*;
- Identificar as estratégias e ferramentas usadas pelos activistas do movimento *Txeka* na participação política pelo *Facebook*;
- Demonstrar os desafios enfrentados pelos activistas do movimento *Txeka* ao utilizar o *Facebook* como meio de exercício democrático;

CAPÍTULO II

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Para que haja uma melhor compressão da relevância do uso das redes sociais pelos activistas sociais como meio para o “exercício da democracia”, mobilizou-se duas abordagens teóricas: a teoria da esfera pública digital baseada nos estudos de Jurgen Habermas e teoria de mobilização social baseada nos estudos de McAdam, McCarthy, Zald e Melucci. E por fim, apresentaremos o quadro conceptual onde ilustraremos os principais conceitos deste trabalho.

2.1. Teoria da Esfera Pública Digital

O surgimento da esfera pública ocorreu no final do século XVIII, com a expansão da participação política e a consolidação dos ideais de cidadania. É o resultado da luta da burguesia contra o absolutismo, e no caso da Inglaterra, da luta para o fortalecimento de uma monarquia constitucional, com o objectivo de transformar uma autoridade arbitrária em autoridade racional, sujeita ao escrutínio dos cidadãos organizados em um corpo público, sob a lei. Entretanto, o sentido contemporâneo do conceito de esfera pública tem suas origens em Mudanças Estruturais de Esfera Pública de Habermas (2003). Muitos críticos já reformularam as suas ideias e o próprio Habermas repensou o seu conceito no contexto das sociedades atuais e em meio as demais questões que emergiram ao longo deste período para a teoria social (Losekann, 2009).

Inicialmente, o autor diz que a esfera pública burguesa é uma categoria típica de uma época e não pode ser pensada ou deslocada para uma análise que fuja dos contextos da sociedade burguesa. Por conseguinte, a esfera pública está inicialmente limitada por seu carácter de categoria histórica. E aqui a burguesia é o suporte deste público, caracterizado fundamentalmente como o público que lê, isto somado ao surgimento da imprensa e outros factores, cria condições ideais para a formulação de uma esfera na qual os sujeitos sejam capazes de construir e manifestar uma opinião sobre assuntos gerais. Para Habermas um sujeito só faz parte de uma esfera pública enquanto portador de uma “opinião pública” (Habermas, 2003 *apud* Losekann, 2009).

De acordo com Habermas a “opinião pública” está colocada no sentido da ideia de *reputação*, ou consideração que se realiza em relação aos outros. Neste sentido, significa uma maneira de ver determinada coisa que passa por um julgamento, questionamento. Esta teria uma função importante de controlar o exercício do poder político, através da publicitação das acções garantindo maior transparência e contentamento. Assim, para Habermas, a noção de opinião pública é fundamental, pois se baseia na racionalização que é inerente à condição humana, ou seja, todos os seres humanos têm, em si, capacidade de realizar. Isto significa que se um argumento for colocado à prova, qualquer ser humano é capaz de comprová-lo, ou não, através da racionalização (Losekann, 2009).

No que diz respeito à palavra “público”, Habermas (2003), salienta que embora exista vários significados para esta palavra, a dimensão que, aqui ganha maior importância é a de que um público é sempre um público que julga, e o que é objecto de julgamento é o que ganha publicidade. Ou seja, o surgimento da esfera pública significaria a emergência de um espaço, no qual, assuntos de interesse geral seriam expostos, mas também controvertidos, debatidos, criticados, para, então, dar lugar a um julgamento, síntese ou consenso. Assim, como decorrência, quanto mais assuntos forem trazidos para discussão, mais julgamento acerca da realidade social existirá. Olhando por outro ângulo, quando um tema ganha publicidade, isto significa que será submetido a uma avaliação pública. E aqui reside o ponto fundamental da esfera pública para a teoria democrática, onde para Habermas, a esfera pública seria a esfera de legitimação do poder público. Para ele:

Esses juízos interditados são chamados de “público” em vista de uma esfera pública que, indubitavelmente, tinha sido considerado esfera de poder público, mas que agora se dissociava deste como o fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública. O *publicum* se transforma em público, o *subjectum* em sujeito, o destinatário da autoridade em seu contraente (Habermas, 2003a, p. 40).

De acordo com Losekann (2009), até este momento o autor se refere às estruturas sociais internas de composição da esfera pública de forma bastante restrita. Isto principalmente, em função da

vinculação histórica que anexou ao conceito. A esfera pública burguesa estava formada pela junção de um conjunto de pessoas privadas, reunidas para discutir as questões privadas que eram publicamente relevantes. Onde o princípio estruturante desta esfera estava ancorado na capacidade de *racionalização pública*, a qual qualquer indivíduo possui. Assim sendo, os membros da esfera pública estavam ligados por duas características fundamentais de igualdade: eram proprietários e seres humanos.

A condição para se ter uma esfera pública é o acesso a todos, caso contrário, esta nem chega a se constituir. O ponto é que o “todos”, neste caso, se refere exclusivamente ao burguês do séc. XVIII, configurado por suas características de proprietário e pela sua função cultural como leitor. Estabelecendo também a noção do “homem” da época, onde “as qualificações de um homem privado com acesso a esfera pública: propriedade e formação educacional” (Habermas, 2003). Porém, o autor ressalva que o sentido da igualdade nesta esfera pública provém de um fato: este interesse comum, emergente de uma esfera privada, só poderia existir entre burgueses, pois eles é que compunham tal esfera e combinavam, por razão do contexto da época, as identidades de homem e de cidadão, o primeiro, ligado à esfera privada pela posição de proprietário, e o segundo, ocupando a função de garantir a estabilidade da propriedade. Ou seja, havia um factor que trazia unidade de interesse entre estas pessoas: a propriedade privada e a necessidade de sua manutenção (*idem*).

O esquema inicial do autor compreendia a esfera privada composta pelo espaço íntimo da família e pela sociedade civil burguesa, atrelada ao trabalho e a troca de mercadorias; esfera pública que era composta por uma esfera pública política e uma esfera pública literária da qual a primeira se originava. Assim sendo, a esfera pública política teria uma função fundamental de, através da opinião pública intermediar as relações entre o Estado e as necessidades da sociedade. Ambas as esferas seriam garantidas pelos direitos fundamentais, porque através destes estaria assegurada a autonomia privada, principalmente a família e propriedade, as instituições públicas como partidos, imprensa, as funções políticas e económicas do cidadão e, ainda, as funções relacionadas a capacidade de comunicação dos indivíduos enquanto seres humanos, como exemplo, o princípio de inviolabilidade de correspondência (Habermas, 2003).

Assim, se na esfera pública burguesa, Habermas sugere que os cafés eram os espaços por excelência de reunião e emergência de uma opinião pública, seus trabalhos mais atuais sobre o tema apontam para novos aspectos com relação à noção de esfera pública como um todo, mas, em especial, as ideias de especialidade, sua composição e estrutura social, assim como a multiplicidade de esferas públicas. Em trabalhos mais recentes, Habermas, refere-se à esfera ou espaço público, entretanto, sublinha que esta jamais pode ser confundida com alguma instituição, organização ou qualquer estrutura normativa. Ele se constitui como uma estrutura aberta. Nas suas palavras: “a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfaixadas em temas” (Habermas, 2003b, *apud* Losekann, 2009). Ele afirma também, que os atores da esfera pública não podem exercer poder político e não podem coincidir com política institucional. Por conseguinte, a esfera pública na medida em que não é uma organização, também não constitui necessariamente um espaço. No entanto, da mesma forma que uma organização ou outra forma de realização especial pode ter uma dimensão abstracta, a esfera pública pode, eventualmente, coincidir com alguma estrutura concreta. Mas, ela é mais complexa do que qualquer contorno que possa tomar. Ele deixa claro neste trecho:

Além disso, as esferas públicas ainda estão muito ligadas aos espaços concretos de um público presente. Quanto mais elas se desligam de sua presença física, integrando também, por exemplo, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstracção que acompanha a passagem da estrutura especial das interacções simples para a generalização da esfera pública (*idem*).

Assim, a esfera pública é construída por uma rede de comunicação livre e aberta para debate. Essa ampliação para a entrada de novos atores sociais, especialmente dada pela comunicação de massa e pelo advento dos novos movimentos sociais na cena pública, torna aberto o destino da sociedade, possibilita que questões possam sempre ser retomadas e que novos elementos para o debate possam aparecer e ser considerados (Gomes, 2004).

De acordo com Habermas (1997), a comunicação entre os homens, especialmente a intermediada por aparatos tecnológicos, adquire um valor central na constituição do espaço público. A esfera pública é assim, a arena discursiva, livre, aberta à participação e ao reconhecimento do outro como igual no direito de uso da palavra, lugar onde as interpretações serão negociadas comparativamente. Portanto, a esfera pública é vista como uma importante forma para onde discussões e debates de questões sociais relevantes são trazidos à luz por indivíduos e colectividade, inclusive por aqueles que eventualmente sintam-se excluídos. Aqui, as minorias tentam defender-se da cultura majoritária, contestando a validade do auto-entendimento colectivo, e se esforçando para convencer públicos amplos da pertinência de suas reivindicações. Assim, nesse espaço possibilitado pela comunicação, sujeitos vão colocar seus pontos de vista, suas experiências e perspectivas do que acham justo, tentando convencer os outros da validade dos seus propósitos. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfaixadas em temas específicos (*idem*).

Na linguagem política habermasiana, a esfera pública é a categoria normativa chave do processo deliberativo; é uma estrutura de comunicação que elabora temas, questões, problemas politicamente relevantes que emergem da esfera privada e das esferas informais da sociedade civil, encaminhando-os para o tratamento formal no centro político; é um centro potencial da comunicação pública, que revela um raciocínio de natureza pública, de formação da opinião e da vontade política, enraizada no mundo da vida através da sociedade civil. Ademais, a esfera pública, têm como característica elementar ser um espaço irrestrito de comunicação e deliberação pública, cuja extensão e limites internos e externos não podem ser anteriormente estabelecidos, limitados ou restringidos. Os elementos constitutivos dessa esfera, não podem ser antecipados, pois, estão abertos para todo âmbito social. Esta é sempre indeterminada quanto aos conteúdos da agenda política e aos indivíduos ou grupos que nela podem figurar (Lubenow, 2007).

Portanto, a esfera pública como concebida pelos teóricos é um espaço de formação de opinião pública, acesso a informação, participação, engajamento, pluralismo, diversidade de opiniões, mobilização, activismo e influência nas decisões políticas. Por conseguinte, esta teoria ajuda a explicar como o uso das redes sociais se encaixa no exercício democrático, fornecendo um espaço onde os cidadãos podem se envolver, debater, influenciar decisões políticas e contribuir para a vitalidade da democracia.

2.2. Teoria da mobilização social ou de recursos

A teoria da mobilização social, muitas vezes referida como a teoria da mobilização de recursos, tem suas raízes em várias contribuições de diferentes estudiosos ao longo do tempo. De acordo com Júnior (2014), no dicionário de política (1998), Pasquino ofereceu duas definições distintas sobre mobilização: a mobilização política como processo de activação das pessoas ou massa e a mobilização social como activações que visam à mudança de comportamento, de valores ou adesão a projecto ou programas sociais, aproximando-a da noção de participação.

A reflexão sobre mobilização social deu-se principalmente por meio da teoria dos movimentos sociais e inicialmente a mobilização foi tratada por meio da teoria de mobilização de recursos, abordando o caminho pelo qual os grupos sociais adquirem os recursos necessários para execução da acção colectiva (McAdam, McCarthy e Zald: 1996; McCarthy e Zald, 1977; Zald e Ash: 1996 *apud* Júnior, 2014).

A partir de 1968 há uma inflexão dos movimentos sociais, quando os movimentos passam a representar uma crítica à modernidade e dos limites da política institucional e uma expressão de mudança de valores. É nesse contexto que se insere a definição de Melucci (1985), citado por Júnior (2014), de acordo com o qual, movimentos sociais são sistemas de acções através dos quais se busca ressignificar acções e valores, assim como movimentar as fronteiras culturais. Os movimentos sociais cumpriram a função de anunciar à sociedade que um problema fundamental existe numa dada área, rever os marcos simbólicos e culturais, impulsionar mudança dos significados e valores da sociedade. Onde para ele, a “organização” é uma manifestação empírica, um nível analítico. Os atuais “movimentos” formariam uma rede de pequenos grupos

submersos na vida quotidiana que empreendem novas práticas e experiências culturais e que emergem apenas em questões específicas; trata-se de um sistema de troca em que pessoas e informações circulam ao longo de redes. Isto constitui mudança morfológica na estrutura de acção colectiva, na qual os movimentos transitam entre dois polos: a latência e a visibilidade, a latência cria novos códigos culturais e faz indivíduos as praticarem. Assim, quando pequenos grupos emergem para confrontar uma autoridade política em uma questão específica, a visibilidade demonstra a oposição na lógica subjacente e impactam nas decisões sobre a construção de políticas públicas (Júnior, 2014).

Para Melucci (1985), a unidade desses “sistemas de acção”, que são os movimentos sociais, é um resultado, que não pode ser explicado sem levar em conta como recursos internos e externos são mobilizados, como estruturas organizacionais são construídas e mantidas como funções de liderança são assumidas. Assim, cabe à análise quebrar sua aparente unidade e descobrir os vários elementos nela, onde apenas separando diferentes elementos analíticos pode-se entender como eles são colocados juntos por uma estrutura “organizacional”. É por essa razão que Melucci propõe utilizar o termo mobilização ao invés de movimento, pois esse costuma implicar uma unidade analítica (Júnior, 2014, p. 24).

De acordo com McCarthy e Zald (2017), a perspectiva de mobilização de recursos adopta como um de seus problemas subjacentes o desafio de Olson (1965): uma vez que os movimentos sociais proporcionam bens colectivos, alguns indivíduos irão “por conta própria” suportar os custos de trabalho para obtê-los. Explicar o comportamento colectivo requer atenção detalhada à selecção de incentivos, mecanismos ou estruturas de redução de custos e, ainda, a benefícios profissionais que levam ao comportamento colectivo.

Várias ênfases são centrais para a perspectiva que ele tem desenvolvido, em primeiro lugar, o estudo da captação de recursos (dinheiro e trabalho) é crucial para a compreensão da acção do movimento social. Assim, os recursos são necessários para o engajamento no conflito social e por isso devem ser captados para atingir os propósitos colectivos. Em segundo lugar a captação de recursos requer alguma forma mínima de organização. Em terceiro lugar, na explicação dos

sucessos e fracassos de um movimento, há um reconhecimento explícito da importância crucial do envolvimento por parte de indivíduos e organizações externos à colectividade que um movimento social presta. As vezes, um modelo de oferta e procura é por vezes aplicado ao fluxo de recursos para e a partir de movimentos sociais específicos. Finalmente, há uma sensibilidade em relação à importância dos custos e benefícios para explicar o envolvimento individual e organizacional nas atividades do movimento (McCarthy e Zald, 2017).

McCarthy e Zald afirmam ainda que os movimentos sociais são baseados em população descontente que fornecem os recursos e mão-de-obra necessários. Eles podem ou não se basear em reivindicação dos benefícios presumidos. Onde, os constituintes conscientes podem fornecer importantes fontes de apoio, individual ou organizacional. Então, a teoria de mobilização de recursos afirma que os movimentos sociais se formam quando pessoas compartilham queixas, conseguem mobilizar recursos e tomam medidas. Assim, esta teoria coloca os recursos no centro tanto do surgimento quanto do sucesso dos movimentos sociais. Nesse caso, recursos incluem conhecimento, dinheiro, mídia, trabalho, solidariedade, legitimidade e apoio interno e externo de uma elite poderosa (*idem*).

Assim, a teoria de mobilização social ou de recursos destaca a importância de recursos tangíveis ou não para o sucesso de movimentos sociais e acções colectivas e uma das partes fundamentais desta teoria é a capacidade de mobilizar apoiadores, destacando a importância dos recursos e das conexões interpessoais. Portanto, esta teoria fornece uma estrutura conceitual para entender como o movimento *Txeka* e seus activistas usam recursos disponíveis nas redes sociais para promover suas causas, engajar aqueles que os apoiam e influenciar o seu exercício democrático.

2.3. Quadro conceptual

Para melhor compreensão do trabalho, apresentamos aqui alguns conceitos que geram a pesquisa. Começaremos com o conceito de democracia, exercício democrático, activismo, redes sociais (que se apresenta como um espaço que permite o exercício democrático do movimento *Txeka*), activismo nas redes sociais e por fim a democracia digital.

2.3.1. Exercício Democrático

O exercício da democracia é um tema recorrente e muito estudado em algumas áreas do saber. Porém, antes de falarmos do exercício da democracia importa-nos aqui perceber o que é democracia.

O conceito de democracia não é algo perfeito, estático, ao contrário, é algo dinâmico, em constante aperfeiçoamento, e é válido dizer que nunca foi alcançado, visto que a sua construção e aprimoramento decorrem dos acontecimentos históricos, como um processo de continuidade transpessoal, irreduzível a qualquer vinculação do processo político a determinadas pessoas (Zanett, s.d). Assim, o termo democracia vem do Grego e é composto pelas palavras demos = povo e kratein = reinar. Sendo possível traduzir democracia literalmente com os termos reinado popular ou reinado do povo. A democracia como forma de estado, está em demarcação com a monarquia, aristocracia e ditadura. Como afirma Abraham Lincoln, a democracia é governo do povo, pelo povo, para o povo. Traduzido de maneira simplista quer dizer: o poder surge do povo, está a ser exercido pelo povo e no seu próprio interesse (Backer e Ravelson, s.d, p. 05).

O exercício democrático é mais do que apenas direito ao voto ou à liberdade de expressão, mas também o exercício de práticas diárias como por exemplo incentivar a proposição de leis pelos parlamentares, exigir o cumprimento delas, cuidar bem da cidade em que se vive, dar queixa das ilegalidades, ou seja, trabalhar para um ambiente social e aprimorar as relações humanas. Assim, este conceito não possui uma única definição universalmente aceite, porém, é amplamente entendido no contexto da ciência política e da democracia, conforme Robert Dahl, como o processo pelo qual os cidadãos participam activamente na vida política de uma nação, incluindo o voto, a participação em debates, a expressão de opiniões, o envolvimento em atividades cívicas e políticas, e a fiscalização das instituições democráticas. Portanto, o exercício democrático refere-se ao conjunto de atividades e práticas em que os cidadãos participam activamente na tomada de decisões políticas e no funcionamento do sistema democrático. Este é essencial para a manutenção de uma sociedade democrática, pois permite que os cidadãos influenciem o governo e garantam a responsabilidade das autoridades eleitas. Como ele afirma:

Naturalmente teremos de discutir as questões e deliberar entre nós antes de chegar a qualquer decisão. Deliberar, discutir e depois tomar decisões políticas é uma das razões pelas quais estamos formando esta associação. Mas, todos estamos igualmente qualificados para participar da discussão das questões e discutir as políticas que a nossa associação deve seguir, e conseqüentemente, a nossa constituição deve basear-se nesse pressuposto, ela terá de assegurar a todos nós direito de participar das tomadas de decisões e associação (Dahl, 1997).

Os conceitos apresentados mostram que não é possível existir democracia sem o exercício democrático bem como é difícil separar o conceito de exercício democrático do conceito de participação política, pois, não é possível exercer a democracia plenamente sem a participação política. Assim, a participação política é importante para que haja um exercício pleno da democracia.

2.3.1.1. Participação política

De acordo com a literatura existem diversificados conceitos de participação política, estes são similares em alguns aspectos. Para Abdalla (2019), a participação política refere-se a toda acção que diz respeito ao quotidiano político de um Estado. Assim, toda acção realizada com um ou mais indivíduos com o objectivo de impactar agenda pública é uma participação política. Portanto, essa participação é de extrema importância para a existência de uma boa democracia, pois, ela ajuda na solução de diversos problemas que afligem a sociedade (Nicoletti, 2013).

A expressão “participação política”, na terminologia corrente da ciência política, é geralmente usada para designar uma variada série de actividades como: acto de votar, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a difusão de informações políticas, a pressão exercida sobre um dirigente político, entre outros (Cotta, 1998, p.888).

Com o conceito apresentado percebemos que a participação política é indispensável no exercício democrático, pois esta constitui uma das pedras angulares da democracia. E percebemos também que a mesmas apresenta-se em diversas formas.

2.3.1.2. Formas de participação política

Autores como Ribeiro e Borba (2011), apresentam duas formas de participação política, nomeadamente: a participação política convencional que é aquela que diz respeito o dinâmicas estabelecidas entre eleitores e seus representantes, e a participação política não convencional, que procura entender as relações estabelecidas em outros espaços de participação (Nicoletti, 2013).

A participação política convencional ou teoria democrática convencional é baseada na democracia representativa, e não admite o conflito social, limita o conceito de política à luta pelo poder através de eleições (Rosa e Luiz, 2011). Esta participação ocorre quando temos o acto de candidatar-se a um cargo eleitoral; votar; assistir a um comício ou assembleia política; fazer parte de uma campanha política, ocupar cargos políticos, fazer parte de um partido político entre outros (Della Porta, 2023).

E a participação não convencional é caracterizada pelo engajamento em espaço fora da arena tradicional, esta pressupõem o desenvolvimento de actividades ligadas às acções colectivas como participar em associações e protestos (Nicoletti, 2013). Intermediada por movimentos sociais, esta participação não é experimentada nas instituições tradicionais da democracia, manifestando-se em actos de escrever um jornal, participar numa greve, aderir a um boicote, ocupar edifícios, bloquear trânsito, tomar parte de uma manifestação entre outras formas (Della Porta, 2023).

Entretanto, com estas formas de participação política podemos perceber que o activismo pelo *Facebook* adoptado pelo movimento *Txeka* enquadra-se na participação política não convencional, pois, esta participação não ocorre nos espaços tradicionais e institucionalizados.

2.3.2. Activismo nas redes sociais

Antes de falar do activismo nas redes sociais é importante trazer o conceito de activismo e de redes sociais, para a melhor compressão desse conceito.

Assim, entende-se o activismo como tomar parte de uma acção objectivando a transformação social, ou seja, participar, actuar, discutir, deliberar e executar acções defendendo ideias, uma causa ou ideologia. Essa causa pode ser política, social, religiosa ou de qualquer caracter de

cunho identitário. Portanto, existem várias ideias que podem motivar uma acção activista como a causa ambientalista, feminista, o movimento negro, o movimento LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), o activismo jurídico, o anticapitalismo, entre outras (Luvizotto, 2016).

E Redes sociais são *sites* e aplicativos usados por pessoas e organizações que se conectam com clientes, familiares, amigos e pessoas que compartilham seus interesses em comum. Algumas das redes sociais mais populares são *Facebook, TikTok, Twitter e Instagram*: todas têm recursos exclusivos, mas a maioria conta também com elementos semelhantes (Rodrigues, 2023).

Portanto, activismo nas redes sociais é um conceito que faz referência ao uso de tecnologias, como actividades que utilizam páginas do *Facebook, Twitter, Instagram, Youtube* e outros locais para promover uma causa específica. Permitindo com que os usuários divulguem conscientização e informações sobre mudanças políticas ou sociais. A mídia social se tornou um destino novo e instrumental para jovens (internrt matters, 2022).

Diante dos conceitos apresentados é possível perceber que estamos perante uma nova ferramenta para o activismo no geral e sobretudo para a participação política dos cidadãos numa democracia, pois o uso da tecnologia como redes sociais permite com que os seus usuários sejam autores de acções que possibilitam mudanças políticas ou sociais.

2.3.3. Democracia digital

Democracia digital (DD) é o uso da internet e ferramentas digitais que coloquem a opinião popular no centro das discussões sobre políticas públicas. Ampliando a participação cidadã para muito além do voto. A utilização de redes sociais para despertar o interesse das pessoas para informações e o compartilhamento de causas são as formas mais conhecidas da e-democracia ou ciberdemocracia (Kogan e Rondon, 2017). E Gomes (2005) citado por Gomes (2017), apresenta cinco graus da democracia digital, o primeiro grau abrange os serviços disponibilizados aos cidadãos pela internet, assim como as informações institucionais prestadas pelo estado ou instancias políticas, como os partidos políticos; no segundo grau, o estado consulta os cidadãos para a formação de agenda pública, o que configura certa porosidade à participação social; no

terceiro grau atinge alto nível de transparência, produzindo intenso fluxo de prestação de informação e de contas; o quarto grau refere-se a modelos de democracia deliberativa, combinando participação e representação e por fim, o quinto grau diz respeito a um modelo de democracia directa, com extinção de esfera política e o controle de decisão política pelo povo.

Com os conceitos apresentados sobre a democracia digital é possível perceber que as redes sociais são ferramentas e meios que ampliam a participação do cidadão para muito além do voto, na medida em que possibilita o compartilhamento de informações e traz um modelo que permite com que os cidadãos participem activamente e controlem as decisões políticas.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

A pesquisa é muito importante para a realização de um trabalho académico entretanto, para a realização de uma pesquisa, o pesquisador deve definir técnicas de investigação. Assim, nesta secção, pretende-se definir os mecanismos usados para alcançar os objectivos definidos neste trabalho.

3.1. Método da pesquisa

Para a realização deste trabalho adoptamos a abordagem da pesquisa qualitativa, esta que tem em vista analisar e interpretar a realidade mais profunda e complexa do comportamento humano (Lakatos e Marconi, 2009). Para Soares (2003), esta metodologia não emprega, necessariamente, procedimentos ou técnicas estatísticas para analisar o problema. Pelo contrário, a metodologia qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”(Minayo, 1993 citado por Bene, 2021).

Com esta abordagem foi possível entender como as redes sociais em especial o *Facebook* usados por activistas podem contribuir para exercício da democracia. E também foi possível compreender os desafios e as oportunidades proporcionados por essas plataformas no activismos do movimento *Txeka*.

3.2. Técnica de recolha de dados

Para o levantamento de dados nos apoiamos na pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

Na pesquisa bibliográfica, que é aquela que se realiza a partir do registo disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como: livros, artigos, teses, etc; utiliza-se de dados ou categorias teóricos já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registados (Severino, 2007, p. 122). Para a realização deste trabalho, consultou-se livros, artigos científicos e teses que debatem em torno do uso das redes sociais como meio do exercício democrático.

Relativamente a pesquisa documental, de acordo com Severino (2007), tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais (pp. 122-123). Para esta pesquisa foi consultada a constituição da República de Moçambique no seu artigo 1.

E relativamente a entrevista, esta que é uma técnica de colecta de informações sobre um determinado assunto, directamente solicitado aos sujeitos pesquisados. Trata-se, de uma interacção entre pesquisador e o pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (Severino, 2007, p. 124). Portanto, para a realização deste trabalho adoptamos a pesquisa semiestruturada que possibilitou maior interacção com os entrevistados e permitiu com que estes pudessem expor livremente as suas opiniões relativas ao tema em estudo.

3.3. Técnicas de amostragem e Grupo alvo

Nesta pesquisa a amostragem é definida como intencional ou tipicidade. Este tipo de pesquisa também constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em seleccionar um subgrupo da população, onde com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda população. Porém, requer um conhecimento da população e do subgrupo seleccionado para a pesquisa (Gil, 2008).

Como grupo alvo da pesquisa temos todos os integrantes do movimento *Txeka*. E a escolha do movimento foi intencional, visto que, este movimento respondia aos requisitos exigidos na pesquisa e a informação que por eles foi fornecida foi suficiente para a realização e sucesso do nosso trabalho.

3.4. Técnicas de análise de dados

A análise de dados desta pesquisa foi feita usando a técnica de análise de conteúdo, esta que é uma ferramenta de pesquisa científica que diz respeito a um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que emprega procedimentos sistémicos e objectivos de descrição de conteúdo das mensagens, analisando entrevistas diários de campo ou vídeos, destacando neste campo, a

importância da semântica (Campos, 2004). Portanto, esta técnica foi usada para fazer análise das declarações que foram colhidas nas entrevistas, e porque as entrevistas estavam em forma de áudio foi feita primeiro a transcrição, seguida a categorização, por fim fez-se uma análise.

3.5. Questões éticas da pesquisa

Aquando da recolha de dados, alguns princípios éticos foram observados. No que tange a questões éticas do nosso trabalho, solicitou-se primeiramente uma credencial para que o movimento nos permitisse fazer o estudo. E na realização das entrevistas pedimos autorização para a gravação das entrevistas, onde levamos em consideração o consentimento dos entrevistados, deixando claro tudo o que pudesse garantir a confidencialidade, o anonimato e a privacidade dos entrevistados. Assim, para garantir que ninguém mais tivesse acesso as gravações autorizadas nas entrevistas, estas foram apagadas após o seu uso no trabalho. As entrevistas foram feitas obedecendo a disponibilidade dos entrevistados, em horários e locais a escolha dos mesmos. E garantiu-se também o respeito ao acordo patente do consentimento informado e preservou-se o nome destes na análise de dados onde recorreu-se aos números das entrevistas (entrevistado nº1 até o entrevistado nº 11),

3.6. Constrangimentos enfrentados na pesquisa

Na realização do trabalho tivemos alguns constrangimentos, desde a busca pela literatura até no processo de colecta de dados. Onde o primeiro constrangimento encontrado diz respeito a dificuldade de encontrar a literatura que fala sobre a temática do uso das redes sociais como meio de exercício democrático, por outro lado muitos manuais que versam esta temática não estão disponíveis nas bibliotecas locais, sendo possível encontrá-los apenas a venda na internet a preços altos, o que obrigou-nos a usar artigos e interpretações de outros autores que tenham os mencionado. O outro constrangimento foi o facto de ter-se previsto entrevistar vinte (20) integrantes do movimento *Txeka* sendo um deles a directora geral do movimento, porém, não foi possível entrevistá-la por motivo de enfermidades, tendo restado dezanove integrantes (19), onde tivemos dificuldades de entrevistar nove (9) deles pois, foi difícil realizar o encontro nos horários e datas marcadas, constrangimento este que ocorreu em quase todas as entrevistas e como solução tivemos que remarcar e fazer algumas entrevistas a altas horas do dia e em locais não

muito apropriados. Portanto foi possível fazer apenas onze (11) entrevistas que foram mais que suficiente para o sucesso do nosso estudo.

CAPITULO IV

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentaremos os resultados considerados relevantes obtidos durante o trabalho de campo; estes dados serão interpretados mediante a literatura e o quadro teórico e conceptual apresentado acima.

Assim, os resultados serão apresentados da seguinte maneira: em primeiro lugar, apresentaremos o perfil demográfico dos integrantes do MT, de seguida, as motivações e aspirações para o uso do *Facebook* no activismo como forma de exercício democrático; posteriormente procuraremos compreender as actividades, as campanhas, os recursos, as estratégias, as formas, a contribuição e por fim, os desafios e as oportunidades proporcionados pelo activismo no *Facebook* para exercício da democracia.

4.1. Perfil sociodemográfico dos integrantes do movimento Txeka

O estudo contou com um total de onze (11) entrevistados, todos integrantes do MT onde oito (08) são do sexo feminino e três (03) são do sexo masculino, com idades que variam de 19 a 26 anos. Oito (08) são da cidade de Maputo (Polana Caniço A, Hulene B, Mahotas, Luis Cabral, Machaquene B, Polana Caniço B, Magoanine B e Laulane) e três (03) são da cidade de Matola (Ndavela, Fomento e Tchumene 2). Quanto ao nível académico todos são estudantes universitários, dos quais, nove (09) são estudantes de Licenciatura em Ciência Política e dois (02) são estudantes de Licenciatura em Administração Pública, variando entre o terceiro (3º) e quarto (4º) ano.

No que tange a profissão, os nossos entrevistados são todos activistas sociais e/ou defensores de causas sociais. Porém, para além do activismo, alguns têm outras actividades; dois (02) deles são professores em centros de explicação e quatro (04) são empreendedores. No que diz respeito a religião, os nossos entrevistados são maioritariamente cristãos e apenas um não professa nenhuma religião. Todos os entrevistados são solteiros e nenhum deles vive maritalmente.

4.2. Motivação dos integrantes do movimento Txeka para activismo pelo Facebook

Nesta secção são apresentadas as motivações que levaram os integrantes do MT a apostarem no activismo pelo *Facebook* como meio de exercício democrático. Portanto, verificamos diversas motivações tais como o curso dos integrantes, o fácil acesso as redes sociais, uma participação para além do voto¹ e o contacto com as publicações do Movimento *Txeka*.

4.2.1. O curso

Todos os entrevistados foram motivados a ser activistas por causa dos seus cursos, de acordo com eles, como estudantes de Ciência Política e Administração Pública é praticamente impossível continuar apático quanto a vida política do país. Como afirmam Kahn e Bowers (1970) citado por Pereira (2006), a motivação e mobilização de activista vem do facto destes estudarem em escolas ou universidades de prestígio e têm uma implicação académica elevada, orientações intelectuais e um percurso académico na área das ciências sociais e humanas. E isso é notório nos seguintes depoimentos:

Como estudante de Ciência política percebi que a realidade política moçambicana não é boa, face a essa situação sinto-me na obrigação de usar as ferramentas que tenho aprendido para minimizar ou até mudar essa realidade, pois com o meu curso percebi que poderia participar na vida política através do activismo e por essa razão abracei o movimento Txeka (Entrevistado nº 11).

(...) Bom, posso dizer que o meu curso foi a minha maior motivação para ser activista social. Embora os que acabam ficando mais interessados com política obviamente são os estudantes de ciência política, eu me interessei por assuntos políticos como a participação política logo no meu primeiro ano, talvez porque Administração Pública e Ciência Política têm cadeiras em comum. (...) Tenho a certeza que se não fizesse Administração Pública hoje não seria activista social (Entrevistado nº 2).

De acordo com Habermas (2003), um público é sempre um público que julga, e o que é objecto de julgamento é o que ganha publicidade. Baseando-nos nesta perspectiva, percebemos que o curso tornou os nossos entrevistados em um público que julga, onde deixaram de ser apáticos e passaram a julgar como é feita a política no país, quais são os impactos negativos e o que se pode fazer para a minimização destes.

Percebemos ainda que o facto de fazer cursos ligados a ciências sociais (Ciência Política e Administração Pública) foi uma grande motivação para os nossos entrevistados abraçarem o activismo, pois, estes cursos permitiram a construção de um novo cidadão, antes apático e agora totalmente interessado e envolvido em assuntos políticos.

4.2.2. O fácil acesso as redes sociais

O facto de a internet possibilitar a participação e interacção entre os indivíduos, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas, como afirma Luvizotto (2016), constitui também uma motivação para apostar no activismo pelo Facebook, como afirmou a seguinte entrevistada, “ *gosto muito do activismo e vejo nas redes sociais, em especial no Facebook, uma plataforma que facilita o acesso e a disseminação de informação possibilitando a minha participação e interacção com outras pessoas com os mesmos anseios que os meus. Então com o Facebook me comunico com elas de uma forma prática, rápida e sem nenhuma barreira, é a razão pela qual abracei o activismo pelo Facebook*” (Entrevistado nº 1).

Como afirma a teoria habermasiana, a esfera pública tem como característica elementar ser um espaço irrestrito de comunicação e deliberação pública, cuja extensão e limites internos e externos não podem ser anteriormente estabelecidos, limitados ou restringidos, porque os elementos dessa esfera não podem ser antecipados, pois, estão abertos a todo o âmbito social (Lubenow, 2007).

Com este depoimento podemos perceber que a facilidade e o alcance que as redes sociais proporcionam constituem uma motivação para os nossos entrevistados apostarem no activismo pelo Facebook. Entretanto, embora as redes sociais possam facilitar a participação e interacção para alguns, é importante reconhecer que nem todos têm acesso igual a essas plataformas devido a questões como acesso a internet, habilidades digitais e infra-estruturas.

4.2.3. Uma participação além do voto

O desejo de participar e ter uma vida activa na política que não se limita apenas no acto de votar constitui uma das motivações dos nossos entrevistados como podemos ver no seguinte depoimento:

“O que me motivou a abraçar o activismo pelo Facebook é o facto de sempre desejar ter uma participação activa na vida política, uma participação que não se limitaria no acto de votar até porque mesmo votando não vejo nenhuma mudança pois as eleições no nosso país já não me inspiram confiança. Portanto, porque já tinha uma paixão pelo activismo nas redes sociais, vi no MT uma oportunidade de crescer e alcançar mais

peessoas tornando-me numa cidadã activa na vida política do país, uma cidadã que luta pela mudança e que não se limita no acto de votar” (Entrevistado nº 10).

Como afirma Tsandzana (2018), com a crescente desconfiança relativa aos métodos tradicionais de participação política baseados no voto, tem-se verificado elevados níveis de abstenção eleitoral e fraco engajamento pela política usual mostra-se em alta, em praticamente todo o mundo. Porém, a emergência das redes sociais tem representado a abertura de um espaço dinâmico, trazendo consigo, novas formas de participação política, de activismo e consequentemente, novas formas de democratização.

Neste caso em particular o desejo de ir além do voto e participar activamente na vida política foi a maior motivação para o activismo pelo *Facebook* e fazer parte de um movimento foi uma forma que a nossa entrevistada viu para a realização desse desejo, pois, de acordo com esta entrevistada, o movimento fornece oportunidades para o crescimento e transformação que permite com que os seus integrantes sejam participativos na vida política do país.

4.2.4. As publicações do movimento Txeka

Com as entrevistas pudemos perceber que alguns dos integrantes foram motivados a abraçar o activismo pelo *Facebook* por causa dos trabalhos do MT nas redes sociais, pois, antes de aderir ao movimento alguns deles não tinham conhecimento da possibilidade de fazer activismo por meio das redes sociais, porém, com o acesso aos conteúdos do movimento descobriram que é possível fazer activismo no *Facebook*, como afirma a seguinte entrevistada:

Bom, para ser sincera como estudante do curso de Licenciatura em Ciência Política sempre quis ser uma cidadã activa na vida política porém não sabia como, e um dia tive acesso a algumas postagens do Txeka pelo Facebook, e por ser um assunto do meu interesse as postagens impulsionaram-me a procurar formas de fazer parte do movimento, contudo, não sabia o que realmente era activismo, e muito menos da possibilidade de fazer activismos usando as redes sociais. Já dentro do movimento descobri o activismo no seu verdadeiro sentido e para além do activismo tradicional percebi que posso ser activista em qualquer lugar que eu estiver e que na verdade aquela postagem que vi era activismo.

Então posso dizer que a minha motivação para o activismo no Facebook vem do movimento Txeka (Entrevistado nº 5).

Como afirma Pereira (2011) citado por Tsandzana (2018), o potencial da internet concentra-se em atingir indivíduos que, a princípio sem vinculações políticas às instituições clássicas da sociedade civil estejam dispostos, desde que sejam devidamente convencidos, a participar de acções específicas de protestos cibernéticos ou não, que tenham alguma identidade com seus interesses e percepções do mundo.

Como podemos observar no depoimento acima exposto, a motivação desta integrante veio do activismo realizado pelo MT no *Facebook*. Ela já desejava ser uma cidadã participativa e activa na vida política do país, porém não sabia como e nem tinha ferramentas. E ao ter contacto com os conteúdos do movimento, podemos perceber que de alguma maneira uma porta foi aberta e algo mudou na vida dessa integrante, sobretudo no que tange ao seu exercício democrático.

4.3. Aspiração dos integrantes do movimento Txeka para o activismo pelo Facebook

Como podemos perceber, nos últimos tempos o uso crescente das plataformas digitais, resultante de um conjunto de transformações que o mundo conhece desde a criação da internet acaba estando intimamente ligada a participação política. Para Camargo (2021), a internet oferece maior variedade de informação, reduz os custos de participação política e permite que diferentes participantes possam envolver-se em diálogo e discussão, representando um meio de comunicação com interacção sem precedentes quando comparado a mídia tradicional e pode fornecer um meio pelo qual os cidadãos se comuniquem, troquem informações, consultem e discutam directamente de forma rápida e com menos burocracia, tornando-se em plataformas importantes para a participação política. Assim, como afirmam os seguintes entrevistados:

Devido ao fechamento do espaço cívico e as várias perseguições que se tem assistido quando os jovens se reúnem para discutir ou contestar uma causa, o uso das redes sociais acaba se tornando no último recurso que se pode usar e assim, exercer o nosso direito de liberdade de expressão dentro do nosso estado “supostamente” democrático. Portanto, a minha aspiração é poder exercer o meu direito sem nenhuma restrição (Entrevistado nº 2).

De acordo com Habermas (1997), a comunicação entre os homens especialmente a intermediada por aparatos tecnológicos, adquire um valor central na constituição do espaço público. Assim, a esfera pública é arena livre, aberta a participação e ao reconhecimento do outro como igual no direito.

Alguns entrevistados declararam que para além de exercer o seu direito, estes aspiram em fazer com que os outros cidadãos conheçam os seus direitos, como podemos ver no seguinte depoimento:

“Com o activismo no Facebook espero alcançar mais pessoas que não conhecem os seus direitos e faze-los conhecer, pois aspiro em contribuir positivamente na área dos direitos humanos (.....) e olhando para situação de abusos observados no nosso país quando os cidadãos juntam-se para reivindicar alguma causa, o uso de redes sociais torna-se num grande aliado para fazer com que as nossas vozes sejam ouvidas e um instrumento eficaz para alcançar as pessoas menos informadas a cerca dos direitos” (Entrevistado nº 11).

Como podemos perceber quase todos os nossos entrevistados partilham de mesmas aspirações relativamente ao activismo no *Facebook*. Todos são movidos pelo desejo de causar alguma mudança na realidade do país relativamente aos direitos humanos. E alguns aspiram alcançar e consciencializar mais pessoas ao divulgar assuntos que a mídia tradicional não divulga como podemos ver no seguinte argumento:

“Eu espero trazer alguma mudança, porque o meu activismo está mais ligado aos direitos humanos e principalmente os direitos das mulheres, e quando eu falo e publico um texto ou vídeo sobre o assunto, sinto que gera alguma mudança nas pessoas que têm acesso a essa informação, como aconteceu em um dos postes, alguns colegas aproximara-me dizendo que não sabiam do assunto em questão, então facilmente pude consciencializar com os postes. Portanto, a minha aspiração é usar as redes sociais para causar mudança social” (Entrevistado nº 8).

Para os teóricos da teoria de mobilização social ou de recursos os actuais M.S formariam uma rede de pequenos grupos submersos na vida quotidiana que empreendem novas práticas e

experiências culturais, onde um sistema de trocas em que pessoas e informações circulam ao longo de redes constitui mudança morfológica na estrutura da acção colectiva. Assim, quando pequenos grupos emergem para confrontar uma autoridade política em uma questão específica, a visibilidade demonstra a oposição na lógica subjacente e impactam nas decisões sobre a construção de políticas públicas (Júnior, 2014).

Com o depoimento dos nossos entrevistados podemos perceber que estes têm apostado no activismo pelo *Facebook* como forma de exercer seus direitos, fazer com que os que não conhecem os seus direitos tenham o conhecimento destes, trazer alguma mudança com a consciencialização dos indivíduos que tem acesso aos conteúdos e fazer pressão as elites poderosas do país que para de certa forma influenciar na construção de algumas políticas. Porém, como afirma Tsandzana (2018), o uso das redes sociais é limitado às zonas urbanas ou para um número reduzido de pessoas. E essa realidade coloca em causa o facto de recorrer as redes sociais para alcançar as pessoas menos informadas a cerca dos direitos humanos e causar uma mudança social sendo que a maioria destes não são usuários das redes sociais. Pois, de acordo com o INE, 66% da população moçambicana vive em zonas rurais e 34% vive em zonas urbanas (Senso, 2017).

4.4. Actividades, recursos, estrategias e formas adoptados pelo MT no activismo pelo Facebook

Neste subcapítulo traremos das actividades e campanhas, ferramentas, estratégias e formas que o movimento *Txeka* adopta como meio de exercício democrático aquando do seu activismo pelo *Facebook*.

4.4.1. Actividades

O que podemos perceber é que o MT tem promovido diversas actividades pelo *Facebook*, onde vai desde a publicação de vídeos informativos, publicação de textos sobre diversos temas como direitos humanos, género, cidadania entre outros. Como podemos ver nas seguintes declarações:

“ O txeka no Facebook faz mais postagens, usando hashtag, publica textos, vídeos ou seja fazemos o jornalismo digital onde usamos mais as plataformas digitais para chegar as pessoas e informá-las a respeito de um determinado assunto de interesse público e

muitas das vezes trata-se de assuntos como participação política, paz, democracia e direitos humanos que de certa forma a mídia tradicional não divulga por estarem intimamente ligados a questões que não alegram aqueles que estão no poder” (Entrevistado nº 7).

“ (...) Têm apostado na publicação de vídeos informativos que tem a ver com os grandes debates sobre um determinado acontecimento de interesse público, reportagens onde vamos ao encontro do cidadão em busca da sua opinião sobre um determinado assunto inerente a sociedade” (Entrevistado nº 9).

Como podemos perceber nos depoimentos acima, o MT procura trazer por meio do *Facebook* assuntos do interesse público, assuntos que quase nunca são divulgados nas mídias tradicionais e que de certa forma acabam levantando debates no que diz respeito a forma como o poder é exercido no país. Assim, como defendem os teóricos da esfera pública digital, a esfera pública teria uma função importante de controlar o exercício do poder político através da publicação de acções que de algum modo acabam garantindo maior transparência e contentamento (Losekann, 2009). Ou seja, ao publicar assuntos de interesse público no *Facebook*, onde há abertura para debates e discussões para todos, este acaba sendo a esfera pública onde os cidadãos organizam, debatem e agem para influenciar a opinião e as políticas públicas.

Contudo, importa ressaltar que de acordo com a teoria habermasiana “todos” se refere exclusivamente ao burguês do século XVIII, configurado por suas características de proprietário e pela sua função cultural como leitor (Habermas, 2003). Olhando para o nosso contexto actual, concretamente na sociedade moçambicana é notório que as pessoas que estão interessadas por assuntos políticos e que geralmente participam em debates e protestos são aquelas que pertencem a classe mais estudada e conseqüentemente, são estas que procuram meios alternativos para a sua participação política. Portanto, o “todos” aqui acaba se restringindo a uma pequena classe da sociedade.

4.4.2. Os recursos

Na perspectiva de mobilização de recursos, uma vez que os movimentos sociais proporcionam bens colectivos, alguns indivíduos irão “por conta própria” suportar os custos de trabalho para

obtê-los (McCarthy e Zald, 2017). Esta teoria coloca os recursos no centro tanto do surgimento quanto do sucesso dos movimentos sociais, nesse caso, recursos incluem conhecimento, dinheiro, mídia, solidariedade, legitimidade, apoio interno e externo de uma elite poderosa.

Bom, para chegarmos ao ponto da nossa participação política pelo Facebook são necessários alguns recursos. Primeiro precisamos de pessoas disponíveis para produzir os conteúdos, e devem ser pessoas com conhecimento. Em seguida precisamos de aparelhos electrónicos como celulares e computadores e por fim também precisamos de dinheiro para costear todas as despesas. Portanto, os nossos principais recursos para o exercício democrático pelo Facebook são os integrantes do movimento que de alguma forma usam até os seus próprios recursos como celulares, computadores e internet (Entrevistado nº 8)

Assim, de acordo com o depoimento acima podemos perceber que para que o MT use o *Facebook* como meio de exercício democrático é necessário que tenha recursos humanos (as pessoas que estarão trabalhando nos conteúdos para a publicação), tecnológicos (celulares, computadores e a própria internet) e recursos financeiros. Em resumo, para que o exercício democrático do movimento por via das redes sociais se efective, os recursos são necessários e por isso devem ser captados para atingir o seu propósito.

4.4.3. Estratégias

Como estratégia para o exercício democrático por meio do *Facebook*, o MT aposta em campanhas. Contudo para que estas campanhas alcancem mais pessoas recorrem a *bust*, uso de letras maiúsculas e a *bolds* nas publicações.

“Nós temos feito diversas campanhas de consciencialização sobre diversos temas como os direitos humanos, cidadania, assuntos relacionados ao género, entre outros. E Porque estávamos no período eleitoral a nossa última campanha foi de consciencializar as pessoas a cerca das eleições, então, porque as redes sociais permite o acesso de todos encontramos nas nossas campanhas uma boa estratégia para alcançar a toda sociedade” (Entrevistado nº 3).

As redes sociais são *sites* e aplicativos usados por várias pessoas e organizações que se conectam com clientes, familiares, amigos e pessoas que compartilham interesses em comum (Rodrigues, 2023). Portanto, trata-se de um espaço com vários conteúdos e publicações de diversos temas. Como afirma a seguinte entrevistada “ (...) *uma das estratégias que o movimento adota para o seu exercício democrático é o uso das campanhas. Assim, para que as campanhas alcancem a todo público-alvo, usamos meios mais chamativos como bust, promoção da página. E quando postamos fotos cartazes, publicamos com letras maiúsculas e a bold para chamar a atenção dos que acessam a nossa página, pois como sabe as redes sociais são concorridas e nelas encontramos vários postes de diferentes assunto, portanto precisamos fazer com que o nosso conteúdo não passe despercebido*” (Entrevistado nº 4).

Nos depoimentos acima colocados percebemos que o *Txeka* tem como principal estratégia as campanhas sobre diversos temas e para que os seus conteúdos possam alcançar o público-alvo e não passem despercebidos em meio a tantas publicações de diversas publicações usam *bust*, letras maiúsculas, bold entre outros. Portanto, podemos ver aqui que o movimento mobiliza várias estratégias para alcançar mais pessoas.

4.4.4. As principais formas de exercício democrático do movimento *Txeka* no *Facebook*

O exercício democrático não é apenas o direito de votar, como afirma Robert Dahl, é o processo pelo qual os cidadãos participam activamente na vida política de uma nação, incluindo o voto, a participação em debates, a expressão de opiniões e o envolvimento em actividades cívicas e políticas, e a fiscalização das instituições democráticas. Assim, o exercício democrático refere-se ao conjunto de actividades e práticas em que os cidadãos participam activamente na tomada de decisões políticas e no funcionamento do sistema democrático. Como podemos perceber, várias são as formas de exercício da democracia.

“As principais formas de exercício democrático do MT pelo Facebook são a participação cívica dos integrantes, a educação cívica dos jovens, mobilização social para questões de justiça social, abertura de espaço para a opinião pública na medida em que se dá voz aos que não tem voz com a publicação das opiniões dos cidadãos colhidos nas entrevistas” (Entrevistado nº 10).

Neste depoimento podemos perceber que o *Facebook* contribui para o exercício democrático do movimento, dos seus integrantes e até daqueles que participam em suas entrevistas ao permitir com que estes possam expor as suas opiniões, inquietações e insatisfação fazendo com que estes exerçam o seu direito de liberdade de expressão, de opinião que de certa forma pode influenciar na criação de algumas políticas públicas. Como podemos ver no seguinte depoimento:

Ao produzir conteúdos de participação política, democracia e direitos humanos de certa forma estou exercendo o meu direito como cidadã (...), e as publicações em questão acabam influenciando na criação de políticas públicas na medida em que os nossos conteúdos acabam criando algum debate ao dar visibilidade àqueles que não tem voz e conseqüentemente as elites no poder acabam sentindo-se pressionadas, pois os debates e conteúdos em questão até são vistos por outros grupos e pela comunidade internacional (Entrevistado nº 5).

Podemos perceber aqui, que o *Facebook* acaba tornando-se numa esfera pública e acaba proporcionando o envolvimento de muitos em uma determinada acção, proporcionando um espaço de formação de opinião pública, acesso a informação, pluralismo, diversidade de opiniões, ademais, o activismo no *Facebook* acaba se tornando num verdadeiro aliado para influenciar as decisões políticas. Como afirmam teóricos da esfera pública, esta é construída por uma rede de comunicação livre e aberta para debate, onde aparatos tecnológicos adquirem um valor central na construção do espaço público (Habermas, 1997).

4.5. Contribuição do activismo no Facebook para o exercício democrático

Nesta seção falaremos da contribuição do activismo no *Facebook* para exercício democrático do movimento *Txeka*. Porém, antes de avançarmos importa responder a seguinte questão: o que seria a democracia? E a resposta a essa questão nos fará perceber até que ponto esse conhecimento influencia o engajamento dos integrantes do MT no activismo *online* e como esse engajamento contribui no seu exercício democrático? Para Abraham Lincoh a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Ou seja, o poder surge do povo, está sendo exercido pelo povo e para o interesse do povo.

Os nossos entrevistados afirmam que o conhecimento da democracia tem influenciado bastante na sua decisão de procurar meios alternativos para o exercício da democracia. No seu depoimento é possível perceber que eles são movidos pelo facto de sentirem que de alguma forma os seus direitos não são respeitados. Como podemos ver no seguinte depoimento:

O conhecimento do conceito da democracia é o principal responsável pelo meu engajamento no activismo online, pois sinto que os meus direitos estão sendo violados cada vez mais e porque no nosso país tornou-se impossível manifestar e expor a minha opinião sem sofrer intimidação. Assim, as redes sociais tornaram-se no único meio para divulgar essa insatisfação a fim de fazer chegar a informação a vários níveis e repudiar esses actos maléficos em que estamos inseridos” (Entrevistado nº 2).

Ao assumir a democracia naturalmente teremos de discutir e deliberar entre nós antes de chegar a qualquer decisão. Deliberar, discutir e depois tomar decisões políticas é uma das razões pelas quais estamos formando essa associação. Mas todos estamos igualmente qualificados para participar da discussão das questões e discutir as políticas que a nossa associação deve seguir, e consequentemente, a nossa constituição deve basear-se nesse pressuposto, ela terá de assegurar a todos nós direito de participar das tomadas de decisões e associação (Dahl, 1997). Ao se depararem com estes debates acerca da democracia os nossos entrevistados procuraram espaço para de algum modo participarem da vida política do país, sentirem-se no exercício da democracia e reivindicar a violação dos seus direitos. Como afirmam estas entrevistadas:

(...) Eu acho que o meu conhecimento sobre a democracia influenciou-me para engajar no movimento Txeka e consequentemente apostar no activismo pelo Facebook, por ser uma estudante de Ciência Política, o que muda ou não quando as pessoas participam foi o que me fez engajar, pois o meu engajamento permite o meu exercício democrático ao ampliar o debate público, mobilizar cidadãos para acções cívicas, fornecer acesso a informação e promover uma cultura de participação democrática (Entrevistado nº 7).

Através das redes sociais e, em particular o Facebook surge uma nova democracia que é a democracia digital, (...) olhando para o nosso país, com contexto do fechamento do

espaço cívico que foi fortificado mais com a covid-19, o Facebook acaba sendo um grande aliado para fazer aquilo que não podemos fazer de uma forma física (Entrevistado nº 1).

Com os depoimentos acima colocados podemos perceber que o *Facebook* tem contribuído no exercício democrático dos integrantes do movimento *Txeka*. Pois, como afirma a teoria habermasiana, este tornou-se numa verdadeira ferramenta para a elaboração de temas, questões, problemas politicamente relevantes que emergem da esfera privada e das esferas informais da sociedade civil, encaminhando-os para o tratamento formal no centro político (Lubenow, 2007).

Assim, as publicações do MT também têm contribuído na mudança social como podemos ver no seguinte depoimento “no dia 04 de Julho de 2023 publicamos uma reportagem referente a erosão eminente na avenida Julius Nyerere, onde para minimizar a situação de desabamento de casas causado pela erosão, os cidadãos colocavam lixo nos locais de risco... alguns meses depois da publicação vemos que o governos respondeu positivamente com a construção de barreiras de protecção no local em questão, deste modo podemos afirmar que o nosso trabalho contribui para a resolução daquele problema causando alguma mudança na vida dos cidadãos residentes naquele local” (Entrevistado nº7).

Portanto, com este depoimento percebemos que o activismo pelo Facebook não só contribui para o exercício democrático dos integrantes do movimento *Txeka*, mas também contribui para a mudança social.

4.6. Desafios e oportunidades proporcionados pelo uso do Facebook no exercício democrático

Neste subcapítulo falaremos dos desafios e das oportunidades que o activismo pelo *Facebook* tem proporcionado ao MT e todos os seus integrantes no seu exercício democrático. Procurando perceber até que ponto o *Facebook* tem proporcionado oportunidades de participação cívica e de mobilização ao movimento.

4.6.1. O activismo pelo *Facebook* e os seus desafios no exercício da democracia

No que diz respeito aos desafios enfrentados pelo MT no uso do *Facebook* como meio de exercício democrático os nossos entrevistados foram unânimes em suas respostas tendo afirmado em seus depoimentos que os principais desafios são as ameaças que o movimento sofre por causa do seu trabalho e a falta de interesse relativo a assuntos políticos na nossa sociedade. Como podemos ver no seguinte depoimento:

Para mim um dos principais desafios é a ameaça que o movimento recebe por causa das informações que nós damos, porque publicamos aquilo que é a voz do cidadão e não são todos que querem ouvir a voz do cidadão. Por exemplo, quando o Txeka actuava como olho do cidadão sofria muitas ameaças (Entrevistado nº 10).

Como podemos ver no depoimento acima, um dos principais desafio que o MT enfrenta são as ameaças sofridas por causa das suas publicações que em algum momento não agradam as elites poderosas do país. Por serem assuntos que a elite não gostaria que chegasse ao público.

E como afirmam Wiltfang e McAdam (1991) citado por Pereira (2006), o activismo pode ser uma empreitada bastante arriscada, principalmente em países de orientação não democrática, ou quando a defesa da temática vai claramente contra os interesses de agentes poderosos. Trata-se de riscos legais, sociais, físicos e financeiros. E nos casos mais extremos pode conduzir a ameaças, prisões, agressões físicas e até mesmo assassinatos.

Outro facto que constitui um desafio para o MT para além das ameaças, de acordo com as entrevistas, é a falta de interesse da sociedade por assuntos políticos (assuntos como democracia, direitos humanos, cidadania) como afirma a seguinte entrevistada:

“Ao fazer activismo pelo Facebook enfrentamos problemas como ameaças por causa dos nossos conteúdos que partilhamos que muitas das vezes não agradam a muitos, e para além dessas ameaças temos um grande desafio que é a falta de interesse por assuntos políticos, assuntos como direitos humanos, cidadania, democracia entre outros. A nossa sociedade está mais interessada em assuntos culturais, piadas, memes e poucos são os que se interessam por assuntos políticos e esses poucos

geralmente são aqueles mais estudados que infelizmente trata-se ainda de um número reduzido. E fazer com que a nossa sociedade tenha um interesse nesses assuntos tem sido um grande desafio” (Entrevistado nº 4).

A polarização da internet gerou um aumento e diversidade de conteúdos que passaram a circular, fora do crivo de mercado de comunicação mais próximas entre o remetente e o receptor da informação, porém, há um contingente de desconectados e outros que apesar de conectados, limitam-se a acessar conteúdos pouco informativos (Bonalume, 2020).

Como afirmam Ribeiro, Borba, Hansen (2016) citado por Bonalume (2016), o activismo *online* predomina entre as pessoas mais informadas e mais escolarizadas, da mesma forma que ocorre em relação às formas convencionais de actuação político, como protesto e participação em movimentos sociais e partidos políticos.

Podemos observar neste ponto do trabalho, com as declarações dos entrevistados, que apesar do activismo no *Facebook* proporcionar ao movimento um meio para alcançar mais pessoas com o seu trabalho, este trás consigo alguns desafios como as ameaças e a dificuldade de alcançar um público maior por causa da falta de interesse por assuntos políticos que constituem o foco do movimento. Logo, esta realidade acaba trazendo algumas limitações no uso das redes sociais como forma de exercício democrático.

4.6.2. Oportunidades proporcionadas pelo activismo no *Facebook*

Com o fechamento do espaço cívico muitos indivíduos procuram meios alternativos para participar na política e conseqüentemente exercer a democracia. Assim, nesta secção queremos perceber como o activismo pelo *Facebook* tem proporcionado oportunidades de participação cívica e mobilização dos cidadãos e como essas oportunidades trazem mudanças na sociedade.

A nova tecnologia de informação representa o ambiente de comunicação que actualmente mais corresponde ao requisito de uma zona neutra onde o acesso a informação relevante que afecta o bem público é amplamente disponível, onde a discussão é imune a dominação do Estado e onde todos os participantes do debate público fazem isso em bases igualitárias (Gomes, 2005).

(...), Com certeza o activismo no Facebook abre espaço para a participação dos cidadãos na medida em que trata-se de um espaço disponível para todos e permite com que coloquemos as nossas opiniões para todos ouvirem, as massas que antes não tinha como expressar-se hoje podem o fazer estando em qualquer lugar. Ou seja, o Facebook acaba concedendo-nos um espaço para a participação cívica (Entrevistado nº 6).

Nesse espaço possibilitado pela comunicação, sujeitos vão colocar seus pontos de vista, suas experiências e perspectivas do que acham justo, tentando convencer os outros da validade dos seus propósitos (Habermas, 1997).

Com o trabalho que tenho feito através do Txeka vou acompanhando depoimentos de pessoas que tem visto o nosso trabalho e algumas pessoas acabam mostrando o seu desejo de fazer parte do movimento pois percebem que ainda existe possibilidade de participação cívica, e com isso vejo que as nossas publicações abrem porta para o exercício democrático de muitos e o Facebook é que têm-nos concedido essa oportunidade de chegar as pessoas (Entrevistado nº 8).

Com estes depoimentos percebemos que o *Facebook* acaba dando oportunidades de criação de redes de comunicação livre e de debate tornando-se numa esfera pública. Como afirmam os teóricos da esfera pública, a comunicação entre os homens especialmente a intermediada por aparatos tecnológicos, adquire um valor central na construção do espaço publico (Habermas, 1997).

O Facebook hoje em dia tornou-se num espaço de participação cívica e de mobilização social, um exemplo concreto do que estou a dizer é a onda de cancelamento que presenciamos após a morte do Azagaia, onde por uma simples mensagem e comunicação pelo Facebook vários artistas moçambicanos foram cancelados e como consequência perderam um número significativo de seguidores. Algo que começou com um grupo restrito acabou mobilizando quase todos os jovens principalmente da cidade de Maputo, só com o uso das redes sociais (Entrevistado nº 3).

Como podemos perceber a partir do depoimento acima as redes sociais em particular o *Facebook* abrem espaço para a participação cívica dos cidadãos, e o exemplo que esta entrevistada trouxe mostra-nos a capacidade que esta plataforma tem de mobilizar pessoas para uma determinada causa social. Todavia, é importante levar em consideração que nas redes podemos encontrar a disseminação de desinformação e notícias falsas que podem confundir os cidadãos e minar a sua capacidade de participar em debates. Portanto, não podemos afirmar categoricamente que o *Facebook* é um espaço ideal para a participação cívica e o exercício democrático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou analisar como o activismo pelo *Facebook* tem contribuído para exercício democrático do Movimento *Txeka*. Para perceber como é possível exercer a democracia pelo *Facebook*, olhamos para o activismo dos integrantes do movimento *Txeka* na plataforma em questão.

Ainda que a constituição da república de Moçambique afirme que o país é democrático, os nossos entrevistados mostraram que isso ainda não constitui a realidade por causa das restrições e limitações para o seu exercício democrático. Afirmando que até mesmo o acto de votar que é considerado como uma das formas fundamentais de exercício democrático não inspira confiança.

E por causa da desconfiança relativa a participação política baseada em meios tradicionais o movimento tem apostado na internet que oferece um meio de participação política com o uso das redes sociais em particular o *Facebook*. Pois, os nossos entrevistados foram unânimes ao afirmarem que por causa da insatisfação quanto a participação convencional veem nas redes sociais o último recurso para o exercício da sua democracia.

Percebeu-se através dos entrevistados que as redes sociais concedem um espaço para o activismo permitindo-lhes manifestar o seu desejo como cidadãos e participarem na vida política ao exercerem os seus direitos de liberdade de expressão de opinião permitindo o seu envolvimento em diálogo e discussões acerca de assuntos públicos. Estes, encontraram no *Facebook* uma plataforma que lhes concede voz, voz esta que de acordo com eles está sendo tirada quando tentam o activismo tradicional.

As redes sociais abrem um novo espaço para o exercício democrático dos integrantes do movimento *Txeka*, o que afirma a hipótese levantada, porque como podemos perceber ao longo do trabalho, o activismo no *Facebook* tem proporcionado ao movimento um espaço para a participação cívica na medida em que este tem uma oportunidade de envolver-se no processo político, na luta em prol da mudança na governação do país. E tem proporcionado também a mobilização dos cidadãos na medida em que podemos ver que até alguns dos integrantes do movimento abraçaram o activismo pelo *Facebook* por causa das publicações deste movimento no *Facebook*. Assim, esta plataforma permite com que o trabalho do movimento alcance um número significativo de pessoas, para que estas participem na política por intermédio das redes sociais, por estas permitirem um acesso livre para todos que pretendem usa-las. E por causa da abertura das redes sociais, o *Facebook* torna-se num meio eficaz para mobilizar aqueles cidadãos que se encontram insatisfeitos no que diz respeito a como os assuntos políticos são tratados dentro do Estado Moçambicano.

Ademais, pudemos perceber também que o *Facebook* é uma esfera pública construída por uma rede de comunicação livre e aberta para debate, que amplia a entrada de novos actores sociais na cena pública tornando aberto o destino da sociedade e tornando-se numa arena discursiva, livre, aberta a participação e ao reconhecimento do outro como igual no direito de palavra. Permite

também a participação daqueles que de alguma forma sentem-se excluídos dando-lhes um meio para expor as suas inquietações, insatisfações e opiniões.

Concluimos, que o uso das redes sociais, pode trazer à tona questões importantes, dar voz a grupos marginalizados, aumentar a consciencialização dos cidadãos sobre determinadas causas, trazer mudanças sociais e políticas, promover a diversidade de opiniões e perspectivas na tomada de decisões e influenciar na adoção de políticas públicas. Portanto, com o uso das redes sociais abre-se espaço para uma nova democracia, que é a democracia digital esta que amplia a participação cidadã para muito além do voto.

E concluimos também, que da mesma forma que as redes sociais contribuem para o exercício democrático, estas também tem algumas limitações como disseminação de desinformação. Tendo constatado também que as redes sociais são mais usadas nas zonas urbanas que constituem um número reduzido de pessoas, pois 66% da população moçambicana vive em zonas rurais (senso, 2017). Ademais, os que geralmente tem usado as mesmas para o exercício democrático são cidadãos com uma escolaridade superior e maioritariamente estudantes ou formados em ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Absalla, E. M. (2019). *Novas formas de Participação Política e Seu Impacto nos Regimes Democráticos: O Caso Brasil*.

Almeida, L. S. (2021), *O impulsionamento da Democracia Digital como Possível Solução à Crise de Representatividade Política Brasileira*. Nitorói.

Amaral, M. (2010). *Internet e Participação política: o uso da internet pelo cidadão*.

Aragão, V. B. & Felisbino R. A. (20218). *Redes Sociais e Participação Política: Comportamentos e percepções de universitários capixabas sobre o uso do Facebook*. Vitória.

Backer, P., & Reveloso, J., (s.d). *O quê é democracia?* FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

Batista, J. C & Zago, G. S. (2010). *Ativismo em Redes Sociais Digitais: Os fluxos de comunicação no caso #forasarney*. Brasil.

Bene, T. A. (2021). *Processo de Resolução de Conflitos em Moçambique: análise da participação da Igreja Católica na mediação de conflitos político-eleitoral (1994-2019)*. Maputo.

Bonalume, C. R. (2020). *Movimentos Sociais: os desafios de mobilizar, propor e afirmar*. Belo Horizonte, MG, Brasil.

Borge, J. & Jubeiro, O. (2016). *Evolução do uso da internet na participação política de organizações da sociedade civil*. In: PINHO, J.A.G., ed. *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 73- 97. ISBN: 978-85-232-1877-5. Acesso em: <https://doi.org/10.7476/9788523218775.0005>. Acesso em: 06 jan. 2024.

Camargo, A., (2021, May). Uso político e social da internet e potencial da rede no fortalecimento de democracia. São Paulo State University. Acesso em: <https://www.researchgate.net/publication/351618779-uso-politico-e-social-da-internet-e-o-p>.

Acesso em: 15 nov. 2023.

Campos, J. G. (2004). *Método de análise de conteúdo: Ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde*. Ver Bras Enferm, Brasília (DF), set/out;57(5);611-4.

Carlos, E. (2009). *Das teorias de movimentos sociais a análise das redes sociais*. Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <https://www.academica.org/000-062/1699>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Correia, A. (2009). *Sistemas e Processos Eleitorais – Funções, Implicações e Experiências*-Luanda.

Cotta, T. C. (1998, abril-junho). *Metodologia de avaliação de programas e projectos sociais: análise de resultados e impactos*. Revista do Serviço Público. Nº3, 103-124.

De Moraes, F. R. (2018). *Democracia colaborativa e seus desafios jurídicos-políticos*. São Paulo-SP.

Della Porta, D. (2023), *Introdução a Ciência Política*. Editorial Estampa.

Gaspardo, M., (2010). *O parlamento e o controle democrático do poder político*. Fac. Dir. Univ. SP.

Gil, A. C. (2008). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. (4ª ed.), São Paulo: Atlas.

Gomes, W. (2005), *Internet e Participação política, em sociedades democráticas*. Porto Alegre.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2019). *IV Recenseamento Geral da População*. Maputo.

Junior, J. A. C. de C. M., (2007, Julho/Dezembro). *Ação colectiva e seus intérpretes*. Pensamento plural |Pelotas [01]: 65-87.

Losekann, C., (2009, Janeiro/Junho). *A esfera pública Harbesiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro*. Pensamento plural |pelotas [04]: 37-57.

Lubenow, J. A. (2007). *A categoria de esfera pública em Jurgen Herbermas: para uma reconstrução da autocritica*.

Luvizotto, C. (2016). Cidadania, activismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e sociedade*, 30,297-312. DOI: 10.17231/comsoc.30(2016).2499

Marconi, M. Lakatos, E. (2009). *Metodologia Científica* (7ª ed). São Paulo: Atlas.

McCarthy, J. D. e Zald, M. N. (2017, jan/jun). *Mobilização de recursos e movimentos sociais: uma teoria parcial*. Movimentos sociais. Vol. 02, num. 02 [153].

MOÇAMBIQUE, Constituição (2018). *Constituição da República*. Imprensa Nacional de Moçambique, E.P, 2018.

Nicoletti, A. S. (2013, Julho/dezembro). *Participação política convencional e não convencional: dois fenómenos contraditórios?* Pensamento Plural |Pelotas [13]:51-64.

Oliveira, G. M. M., (2018, Julho7). *A importância do princípio de separação de poderes para o Estado democrático de direito*. Acesso em: <https://jos.com.br/amp/artigos/67817/a-importancia-do-principio-da-separacao-dos-poderes-par>. Acesso em: 13 set. 2023.

Olson, M. (1999). *A lógica da acção colectiva*. São Paulo: Edusp,

Pereira, J. S. (2006), *Ativismo Social*. Acesso em: <https://www.researchgate.net/publication/268513444-Manual-do-Activista>. Acesso em: 21 set. 2023.

Dahl, R. A. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. Prefácio Fernando, L. Tradução Celso, M. P-1. Ed. 1. Rempr.- São Paulo: Editora da universidade de São Paulo.

Ribeiro, E. A. & Borba, J. (2011). *As dimensões da participação política no Brasil*. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Sociais, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 11-36.

Rodrigues, J. (2023, Março 24). Tudo o que você precisa saber sobre redes sociais. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/rede-sociais/>. Acesso em: 29 out. 2023.

Rosa, C. B. S. & Luiz, D. E. C. (2011, Agosto). *Democracia: Tipologia, Relações E Expressões Contemporâneas*. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2011.v4n2.1267>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. (23.ed). São Paulo: editora Cortez.

Silva, E. M. da. (2005). *O estado democrático de direito*. Brasília.

Silva-Junior, R., (2014). *Mobilização social e novas formas de sociabilidade na internet*. Belo Horizonte.

Torres, H., Pombal, A., Kutupa, M., Carrilho, J. N., Coelho, C., Murirua, A., Mário, S. J., Aloni, D; & Hajat, R., (2004). *Controle social do poder político em Moçambique* - Divisão do poder. Maputo.

Tsandzana, D. (2018). *Da mobilização social ao uso político das redes sociais da internet em Moçambique*. Maputo.

Tsandzana, D. (2022). *Juventude e redes sociais em Moçambique: quando os jovens decidem participar*. Maputo.

APÊNDICES

Apêndice 1



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Licenciatura em Ciência política

GUIÃO DE ENTREVISTA

Cordiais Saudações

Sou Rosita Lino Fulai Gimo, finalista do curso de Ciência Política na Universidade Eduardo Mondlane. Estou desenvolvendo uma pesquisa para o meu trabalho de fim de curso, onde falo do uso das redes sociais como meio para o exercício da democracia olhando para o activismo na era da internet. Desta feita, quero convidar-lhe a participar nesta pesquisa através de partilha de informações sobre o assunto em questão.

Secção I: Perfil sociodemográfico dos integrantes do movimento *Txeka*

1. Sexo
2. Idade
3. Religião
4. Nível académico
5. Profissão
6. Residência

Secção II: motivações e aspiração para o activismo no *Facebook* e o exercício democrático

7. Há quanto tempo faz parte do movimento *Txeka*?
8. Quais foram as suas motivações para abraçar o activismo nas redes sociais em particular no *Facebook*?
9. Porquê usar o *Facebook* para o exercício da democracia? Não existem restrições na internet?
10. Quão activo é no activismo pelo *Facebook*?
11. Quais são as suas aspirações ao recorrer ao activismo nas redes sociais?

Secção III: actividades e campanhas Online

12. Quais actividades o movimento *Txeka* realiza no *Facebook*?
13. Quais são as ferramentas que o movimento usa para a sua participação política pelo *Facebook*?
14. Quais são as estratégias que o *Txeka* tem adoptado no uso do *Facebook* e como essas estratégias têm influenciado no exercício da democracia?
15. Quais são as principais formas de exercício democrático que o movimento tem adoptado no *Facebook*?

Secção IV: implicações do activismo no *Facebook* no exercício democrático

16. Sabe o que é democracia? Até que ponto esse conhecimento influencia o seu engajamento no activismo *online*?
17. Em que medida você acredita que o activismo pelo *Facebook* tem contribuído para o seu exercício democrático?
18. Quais são as principais lições que você tirou por meio do activismo pelo *Facebook* e como elas moldaram a sua percepção da democracia?

Secção V: desafios e oportunidades do activismo pelo *Facebook* no exercício da democracia

19. Quais são os principais desafios enfrentados pelo movimento *Txeka* ao utilizar o activismo pelo *Facebook* como meio de exercício democrático?
20. Você acredita que o activismo no *Facebook* tem proporcionado oportunidades para o seu exercício democrático? Se sim, quais são essas oportunidades?

Apêndice 2

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu _____, aceito por minha livre e espontânea vontade participar na presente pesquisa com o tema: uso das redes sociais pelo movimento *Txeka* como ferramenta para o exercício democrático. Esta pesquisa me foi apresentada como propósito de culminação do curso, e seus dados serão incorporados à monografia para a defesa final do curso de Ciência Política na UEM. Deste modo, estou ciente de que as respostas fornecidas por mim, poderão ser divulgadas, e para preservar a minha identidade, o meu nome não será exposto, assim autorizo a gravação da entrevista constando que após o seu uso, a mesma será deletada e não servirá para outros fins fora desta pesquisa. Portanto, com base nos esclarecimentos fornecidos, expresso a minha confirmação na pesquisa ao assinar este documento.

Entrevistado

Entrevistadora

ANEXOS